



Informações Contábeis Intermediárias consolidadas e individuais

Em 30 de junho de 2019

ÍNDICE

(Página)

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais.....	11
2. Principais políticas contábeis.....	16
3. Das autorizações vigentes.....	19
4. Comercialização de energia.....	21
5. Segmentos operacionais	21
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	23
7. Contas a receber de clientes.....	23
8. Tributos a recuperar.....	24
9. Cauções e depósitos vinculados	24
10. Investimentos.....	25
11. Ativo imobilizado	33
12. Fornecedores.....	44
13. Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	45
14. Tributos a recolher.....	50
15. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)	51
16. Outras contas a pagar.....	52
17. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (controladora e consolidado).....	53
18. Provisão para contrato oneroso.....	55
19. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.....	56
20. Receita líquida	57
21. Custos e despesas (receitas).....	58
22. Resultado financeiro	59
23. Imposto de renda e contribuição social	60
24. Transações com partes relacionadas.....	61
25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	67
26. Prejuízo por ação	74
27. Ativos classificados como mantidos para venda	75
28. Cobertura de Seguros.....	77
29. Transações não envolvendo caixa	78
30. Eventos subsequentes	78

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.431	14.929	108	69
Aplicações financeiras	6	1.526	13.778	-	-
Contas a receber de clientes	7	4.527	8.210	35	18
Tributos a recuperar	8	9.169	4.482	212	458
Partes relacionadas	24	-	-	2.896	1.217
Dividendos a receber	10.4	-	9.180	10.177	10.177
Adiantamentos a fornecedores		941	2.491	802	766
Outros créditos		749	869	10.686	366
		30.343	53.939	24.916	13.071
Ativos classificados como mantidos para venda	27	1.438.364	1.683.768	16.867	281.712
Total dos ativos circulantes		1.468.707	1.737.707	41.783	294.783
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	6	7.015	7.864	7.015	7.864
Cauções e depósitos vinculados	9	11.194	10.866	-	-
Tributos diferidos		1.310	1.773	-	-
Depósitos judiciais	17	7.084	20.818	7.084	20.818
Partes relacionadas	24	-	-	231	3
Outros créditos		6.110	6.214	60	60
Investimentos	10	607.707	603.747	1.038.340	1.141.674
Imobilizado	11	265.683	239.396	81.586	58.500
Total dos ativos não circulantes		906.103	890.678	1.134.316	1.228.919
TOTAL DOS ATIVOS		2.374.810	2.628.385	1.176.099	1.523.702

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTES					
Fornecedores	12	295.268	48.531	43.787	44.673
Empréstimos e financiamentos	13	208.929	348.669	201.150	341.568
Tributos a recolher	14	21.060	5.373	10.292	3.658
Salários, encargos e férias a pagar		6.478	8.625	6.478	8.625
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	15	12.912	13.114	-	-
Arrendamentos a pagar	11.12	1.999	-	1.759	-
Outras contas a pagar	16	1.788	151.136	-	-
Partes relacionadas	24	646.046	283.472	-	-
Provisão para contrato oneroso	18	8.960	37.022	-	-
Provisão para custos socioambientais		1.014	1.014	-	-
		<u>1.204.454</u>	<u>896.956</u>	<u>263.466</u>	<u>398.524</u>
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	27	1.205.181	1.298.415	43.000	43.000
Total dos passivos circulantes		<u>2.409.635</u>	<u>2.195.371</u>	<u>306.466</u>	<u>441.524</u>
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	13	216.648	63.587	156.292	-
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	15	14.719	20.664	-	-
Arrendamentos a pagar	11.12	25.055	-	16.422	-
Partes relacionadas	24	297.911	337.548	649.790	527.981
Provisão para perda sobre investimentos	10	-	-	636.364	549.427
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	96.156	81.259	96.079	81.259
Provisão para contrato oneroso	18	-	6.445	-	-
Total dos passivos não circulantes		<u>650.489</u>	<u>509.503</u>	<u>1.554.947</u>	<u>1.158.667</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	19				
Capital social		2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		55.379	55.379	55.379	55.379
Prejuízos acumulados		(3.659.712)	(3.050.887)	(3.659.712)	(3.050.887)
Total do patrimônio líquido		<u>(685.314)</u>	<u>(76.489)</u>	<u>(685.314)</u>	<u>(76.489)</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		<u>2.374.810</u>	<u>2.628.385</u>	<u>1.176.099</u>	<u>1.523.702</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado			
		01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
RECEITA LÍQUIDA	20	15.645	205.869	76.607	379.271
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia		(5.474)	(240.667)	(48.247)	(444.460)
Custo de operação		(1.862)	(2.154)	(3.290)	(4.244)
Depreciações e amortizações	11	(2.381)	(2.352)	(4.774)	(4.774)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(140)	(119)	(328)	(326)
Total	21	(9.857)	(245.292)	(56.639)	(453.804)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		5.788	(39.423)	19.968	(74.533)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(89.943)	(25.279)	(114.282)	(48.675)
Depreciações e amortizações		(1.267)	(490)	(2.156)	(896)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	13.2	(259.403)	-	(259.403)	-
Outras receitas (despesas) líquidas		(12.908)	(6.488)	(94.798)	(15.012)
Total	21	(363.521)	(32.257)	(470.639)	(64.583)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	10.755	10.615	31.499	26.929
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		(346.978)	(61.065)	(419.172)	(112.187)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		521	541	639	808
Despesas financeiras		(78.152)	(62.949)	(186.259)	(131.562)
Total	22	(77.631)	(62.408)	(185.620)	(130.754)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(424.609)	(123.473)	(604.792)	(242.941)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.851)	(1.666)	(3.821)	(2.716)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(79)	(7)	(212)	(32)
Total	23	(1.930)	(1.673)	(4.033)	(2.748)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(426.539)	(125.146)	(608.825)	(245.689)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

		Controladora			
	Nota explicativa	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciações e amortizações	11	(957)	(969)	(1.929)	(2.005)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(21.327)	(16.716)	(40.669)	(31.684)
Depreciações e amortizações		(1.233)	(490)	(2.087)	(896)
Outras receitas (despesas) líquidas		2.332	787	2.003	1.368
Total	21	(20.228)	(16.419)	(40.753)	(31.212)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(392.991)	(89.393)	(525.037)	(181.311)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		(414.176)	(106.781)	(567.719)	(214.528)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		798	197	899	339
Despesas financeiras		(13.161)	(18.562)	(42.005)	(31.500)
Total	22	(12.363)	(18.365)	(41.106)	(31.161)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(426.539)	(125.146)	(608.825)	(245.689)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	26			(14,59)	(5,89)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Consolidado				Controladora			
	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
Prejuízo do período	(426.539)	(125.146)	(608.825)	(245.689)	(426.539)	(125.146)	(608.825)	(245.689)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(426.539)</u>	<u>(125.146)</u>	<u>(608.825)</u>	<u>(245.689)</u>	<u>(426.539)</u>	<u>(125.146)</u>	<u>(608.825)</u>	<u>(245.689)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Capital Social		Reservas de capital		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
	Integralizado	Custos na emissão de ações	Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Ágio		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.960.776	(41.757)	55.378	1	(2.194.590)	779.808
Prejuízo do período	-	-	-	-	(245.689)	(245.689)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>55.378</u>	<u>1</u>	<u>(2.440.279)</u>	<u>534.119</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.960.776	(41.757)	55.378	1	(3.050.887)	(76.489)
Prejuízo do período	-	-	-	-	(608.825)	(608.825)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>55.378</u>	<u>1</u>	<u>(3.659.712)</u>	<u>(685.314)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do período		(608.825)	(245.689)	(608.825)	(245.689)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação	11, 21	6.930	5.670	4.016	2.901
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.2, 21	259.403	-	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11.2, 11.4	14.408	-	7.668	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	22	(758)	(909)	(61)	(238)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	22, 24	46.600	20.846	19.961	10.808
Juros sobre contas a pagar		19.866	6.294	(931)	(340)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13.4, 22	92.654	73.511	15.874	17.819
Apropriação dos custos sobre empréstimos e financiamentos	13.4	13	12	-	-
Atualização e provisão (reversão) CCEE/Eletrobras	15.1	493	1.252	-	-
Multa sobre ressarcimento	15.1, 21	21.919	8.210	-	-
Tributos diferidos		463	71	-	-
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	29.313	17.940	29.142	17.757
Reversão provisão para contrato oneroso	18	(34.507)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(31.499)	(26.929)	525.037	181.311
Comissões e penalidades		2.849	-	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		3.683	4.248	(17)	(62)
Depósitos judiciais		(445)	(785)	(444)	(102)
Tributos a recuperar		(5.383)	(12.450)	246	352
Adiantamentos a fornecedores		1.539	(2.053)	(36)	45
Outros créditos		435	711	(10.320)	(64)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(7.814)	19.697	(1.936)	(2.202)
Tributos a recolher		15.311	1.876	2.642	(2.807)
Salários e férias a pagar		(3.699)	(97)	(3.699)	(97)
Contas a pagar CCEE/Eletrobras	15.1	(16.860)	(9.377)	-	-
Outras contas a pagar		62.867	2.534	-	-
Partes relacionadas		87.448	144.315	-	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(1.030)	(790)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	13.4	(2.417)	(3.388)	-	(195)
Pagamentos de contingências	17	(144)	(97)	(144)	(97)
Dividendos recebidos	10.4	36.719	10.200	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(10.468)	14.823	(21.827)	(20.900)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em controladas	10.3.2	-	-	(53.532)	-
Aplicações financeiras		13.531	589	910	271
Aquisição de imobilizado	11	(18.185)	(6.398)	(1.553)	(3.985)
Partes relacionadas		-	-	(31.523)	(47.271)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(4.654)	(5.809)	(85.698)	(50.985)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13.4	(22.047)	(6.760)	-	(2.320)
Pagamento de passivos de arrendamento		(3.405)	-	(1.650)	-
Partes relacionadas		37.753	-	109.214	74.103
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		12.301	(6.760)	107.564	71.783
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.821)	2.254	39	(102)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	16.310	24.750	69	342
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6	13.489	27.004	108	240
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.821)	2.254	39	(102)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

(*) O Caixa e equivalente de caixa no fim do período inclui o saldo de caixa e equivalente de caixa das SPEs do ASIII.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
RECEITAS					
Vendas de energia	20	83.035	415.933	-	-
Outras receitas		1.618	2.989	1.618	2.989
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(52.108)	(449.030)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(197.548)	(49.467)	(35.764)	(23.179)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	13.2, 23	(259.403)	-	-	-
Ganho na alienação de ativos		2.736	-	2.736	-
Valor adicionado bruto		(421.670)	(79.575)	(31.410)	(20.190)
Depreciação	11, 21	(6.930)	(5.670)	(4.016)	(2.901)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		(428.600)	(85.245)	(35.426)	(23.091)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	31.499	26.929	(525.037)	(181.311)
Receitas financeiras		1.761	1.292	943	356
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(395.340)	(57.024)	(559.520)	(204.046)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		6.070	8.962	846	3.263
Honorários da administração	24.4	4.170	3.437	4.170	3.437
Benefícios		2.196	2.281	919	1.173
FGTS		701	850	362	464
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		13.817	42.540	1.147	1.417
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		169.343	127.754	34.923	28.440
Aluguéis		296	818	(142)	473
Outros		16.892	2.023	7.080	2.976
Prejuízo do período		(608.825)	(245.689)	(608.825)	(245.689)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		(395.340)	(57.024)	(559.520)	(204.046)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação, em construção e em pré-operação (“Grupo Renova”):

		% Participação			
		30/06/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
PCH	Consolidação				
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	(a) Integral	100,00	-	100,00	-
Energética Serra da Prata S.A.	(b) Integral na Enerbras	-	99,99	-	99,99
Renova PCH LTDA.	(c) Integral	99,99	-	99,99	-
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	(d) Integral	99,99	-	99,99	-

		% Participação			
		30/06/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Eólico	Consolidação				
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)*	(e) Integral	99,99	-	99,99	-
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)*	(e) Integral na Alto Sertão	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.*	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação			
		30/06/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas São Salvador S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Facheiro S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A.*	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Botuquara S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Calianira S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Ico S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.*	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.*	(i) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA.	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	(e) Integral	99,99	-	99,99	-
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	(h) Integral na Bela Vista XIV	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA.	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Parque Eólico Iansã LTDA	(h) Integral	99,99	-	99,99	-

UFV (Usina Fotovoltaica)	Consolidação	% Participação			
		30/06/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA.	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	(h) Integral	99,99	-	99,99	-

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

		% Participação			
		30/06/2019		31/12/2018	
Comercialização	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(j) Integral	100,00	-	100,00	-

		% Participação			
		30/06/2019		31/12/2018	
Holding	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Renovapar S.A.	(k) Integral	100,00	-	100,00	-
Espra Holding S.A.	(k) Integral	99,99	-	99,99	-
Bahia Holding S.A.	(k) Integral	99,99	-	99,99	-
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(k) Integral	99,99	-	99,99	-

		% Participação			
		30/06/2019		31/12/2018	
PCH	Controle compartilhado não consolidado	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brasil PCH S.A.	(l) Indireto pela Chipley	-	51,00	-	51,00

(*) Empresas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III classificadas como mantidas para venda.

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”).
- (b) Espra, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e entrou em operação em 2008.
- (c) Renova PCH Ltda. (“Renova PCH”), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica e encontra-se em fase pré-operacional.
- (d) Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.
- (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”). Os parques eólicos estão em fase implantação, vide Nota 1.1.
- (g) Controladas diretas e indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre. Os parques eólicos estão em fase de implantação.

- (h) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica. Essas empresas estão em fase de implantação.
- (i) Controlada direta têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”).
- (j) Renova Comercializadora de Energia S.A. (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (k) Controladas diretas têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (l) Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.

1.1 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015 (LER 2013) e 1º de outubro de 2017 (LER 2014), contudo ambos estão atrasados. Conforme contrato, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide Nota 15). Esses parques fazem parte do Complexo Eólico Alto Sertão III, cuja alienação está sendo negociada com a AES, conforme Nota 1.2.1.

1.2 Venda de ativos

1.2.1 Complexo Eólico Alto Sertão III

Em 9 de abril de 2019, a Companhia assinou com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) contrato de compra e venda de ações para alienação das ações representativas da totalidade do capital social das sociedades que compõem o Complexo Eólico Alto Sertão III (“AS III”), conforme Fato Relevante publicado na mesma data.

No entanto, durante o período de cumprimento das condições suspensivas usuais neste tipo de transação, ocorreram eventos que produziram efeitos adversos relevantes no valor original do contrato e no prazo para conclusão da operação, notadamente (i) modificações comerciais não previstas inicialmente nas tratativas de contratação de fornecedor para término das obras pela AES, (ii) atraso na aprovação do plano de transferência pelo órgão regulador e (iii) atraso na data de entrada em operação dos parques acordada entre as partes em função do atraso do fechamento da operação.

Considerando que as partes estão empenhadas em ajustar e cumprir todas as condições suspensivas para que o fechamento da operação ocorra até outubro de 2019, a Administração da Companhia concluiu que a classificação dos ativos e passivos relacionados ao Alto Sertão III, conforme nota 27.2, realizada em 31 de março de 2018 permanece adequada em 30 de junho de 2019 e, adicionalmente, com base nas informações comerciais que estão sendo negociadas com a AES, concluiu pela necessidade de complemento da provisão para redução ao valor recuperável do ativo, no montante de R\$259.421 (Nota 11.9).

1.2.2 Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LEN 2011 (A-3))

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) da totalidade das ações da Nova Energia detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R\$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo Eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de *earn out*, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação.

A AES constituiu garantias no valor total de R\$56.443 (R\$88.783, em 31 de dezembro de 2018), atualizados a 100% do CDI, que poderão ser pagas à Companhia, conforme segue:

<u>Garantia</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Litígios	128	32.428
Earn-Out	55.380	53.983
Indenização geral	935	2.372
Total	<u>56.443</u>	<u>88.783</u>

Em março de 2019 o Consorcio MGT ingressou com medida judicial para cobrança da sentença arbitral, no valor de R\$34.103, paga com as garantias mencionadas no quadro acima. Adicionalmente, na arbitragem com esse fornecedor ainda existem valores pendentes de decisão para os quais a Companhia mantém provisão no montante de R\$37.980, dos quais R\$15.048 foram reconhecidos no resultado da Companhia em 2018 e R\$22.932 no semestre findo em 30 de junho de 2019.

Além da contingência mencionada no parágrafo anterior, a Companhia também mantém provisionado o valor de R\$8.740 referente a causa cível de indenização por danos a uma propriedade de terceiros, relacionada ao Complexo Eólico Alto Sertão II.

1.3 Continuidade operacional

No semestre findo em 30 de junho de 2019, a Companhia apresentou prejuízo de R\$608.825, possui prejuízos acumulados de R\$3.659.712, bem como passivos circulantes consolidados em excesso aos ativos circulantes consolidados no montante de R\$940.928, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$685.314 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos operacionais e de construção dos parques eólicos e solares.

O resultado do semestre findo em 30 de junho de 2019 deve-se, principalmente, i) às perdas nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada direta Renova Comercializadora, no valor de R\$46.895 para cumprir os compromissos firmados nos contratos de compra e venda de energia; ii) provisão referente a penalidade a ser aplicada pela ANEEL pelo cancelamento das outorgas da Fase B, no valor de R\$61.080; iii) provisão para redução ao valor recuperável do ativo relacionado ao Complexo Eólico AS III, no montante de R\$259.421 e, iv) resultado financeiro negativo (despesa financeira), no valor de R\$185.620 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, fornecedores, operações com partes relacionadas, além dos prejuízos acumulados existentes.

Diante deste cenário, a Companhia, com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, promoveu a suspensão do fornecimento da energia eólica incentivada contratada no ano de 2019 no âmbito dos contratos de compra e venda de energia eólica celebrados com CEMIG GT e LIGHTCOM, bem como a cessão dos contratos de compra e venda de energia com terceiros, reduzindo assim a necessidade de caixa no curto prazo (Nota 24.3) e vem contando com o recebimento de recursos dos acionistas sob a forma de adiantamentos, no âmbito do

contrato de compra de energia, no montante de R\$37.752, em 30 de junho de 2019 (R\$300.152, em 31 de dezembro de 2018) (Nota 24.3).

Ainda, em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração, aprovou um plano de estruturação financeira que dentre outras ações, contempla o equacionamento e alongamento de dívidas e a venda do Complexo Eólico AS III, conforme segue:

- (1) Renegociação e alongamento das dívidas com BTG Pactual e CitiBank conforme aditivo e CCB assinados pelas partes em maio e julho de 2019, respectivamente (Nota 13).
- (2) Reperfilamento dos valores devidos às partes relacionadas Cemig GT e LIGHTCOM por meio dos seguintes instrumentos, cuja formalização ocorrerá até o final do segundo semestre de 2019, proporcionalmente ao saldo de suas dívidas:
 - a) Títulos de dívidas de emissão da Companhia projetados para outubro 2019 no valor de aproximadamente R\$298.000 com prazo de 6 anos, 1 ano de carência e juros de 155% de CDI, com garantia fidejussória.
 - b) Títulos de dívidas de emissão da Companhia projetados para outubro de 2019 no valor de aproximadamente R\$723.000 com prazo de 6 anos para pagamento *bullet* e juros de 155% de CDI, com garantia real.
- (3) Negociação para venda do Complexo Eólico AS III, onde as partes estão empenhadas em ajustar e cumprir todas as condições suspensivas para que o fechamento da operação ocorra até outubro de 2019.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e entende que com o sucesso da implementação das medidas acima, algumas já realizadas, o suporte dos seus acionistas e o fluxo de dividendos de suas investidas sejam suficientes para dar continuidade a suas operações nos próximos 12 meses. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma outra incerteza material, além das mencionadas acima, que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), identificadas como “Controladora”.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais de 31 de dezembro de 2018, com exceção à nova política contábil estabelecida pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituindo o CPC 06 (R1)/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo que a Companhia o adotou utilizando o método prospectivo, conforme previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2019.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 15 de agosto de 2019.

2.3 Novas normas e alterações de interpretação de norma

IFRS 16 (CPC 06-R2) – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 e o ICPC 03)

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) / IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares e impressoras. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Impactos da adoção inicial	Terrenos
Pagamentos de arrendamentos mínimos para os contratos	100.659
Impactos da taxa de desconto	(59.243)
Exclusão de arrendamento de baixo valor e curto prazo	(1.285)
Ativo de direito de uso	<u>40.131</u>
Passivo de arrendamento	<u>40.131</u>
Prazo médio contratual (anos)	8

Tais contratos são remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. Por fim, a Companhia e suas controladas não esperam impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (*covenants*). A seguir são demonstramos os impactos no semestre findo em 30 de junho de 2019 no resultado (considerando os contratos identificados mencionados anteriormente e desconsiderando os potenciais efeitos dos custos passíveis de capitalização da infraestrutura em construção):

Impactos na demonstração do resultado	<u>30/06/2019</u>
Despesa com depreciação e amortização	(1.596)
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	<u>(240)</u>
Resultado	(1.836)
Despesas financeiras	<u>(2.893)</u>
Total - impacto na despesa líquida	<u><u>(4.729)</u></u>

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento de R\$3.405, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento foi classificada como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não houve mudança, permanecendo como resultado operacional.

2.4 Bases de consolidação e investimentos em controladas

Foram consolidadas as informações contábeis intermediárias das controladas mencionadas na Nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias. Ativos operacionais alienados são consolidados no resultado até a data da sua alienação.

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das empresas consolidadas;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

<u>PCH</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW
<u>Eólico</u>					
Centrais Eólicas Abil S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu) ⁽¹⁾	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina) ⁽¹⁾	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Pau Santo) ⁽¹⁾	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

Nota (1): Empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III, classificadas como ativos mantidos para a venda.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

3.2 Mercado livre (ACL)

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheiro S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light I)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽¹⁾	ACL (Light II) ⁽²⁾	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Calianira S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A. ⁽¹⁾	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

Nota (1): Empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III, classificadas como ativos mantidos para a venda.

Nota (2): Contratos cedidos para Engie Brasil Energia S.A. ("Engie") a partir de julho de 2019. As outorgas desses parques foram canceladas, conforme mencionado na nota 16.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valor original do Contrato	Valores			Prazo			
				Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Pequenas centrais hidrelétricas:										
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	168.009	65.174	121,35	286,63	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	149.297	57.903	121,35	286,63	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	213.370	41.084	121,35	286,63	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas Abil S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	143,11	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	154,68	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	151,41	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	140,94	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	142,00	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	141,47	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	144,19	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	142,57	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. ⁽¹⁾	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	143,59	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu) ⁽¹⁾	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	176,82	out/17	set/37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina) ⁽¹⁾	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	176,82	out/17	set/37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Pau Santo) ⁽¹⁾	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	176,82	out/17	set/37	IPCA	outubro

Nota (1): Empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III, classificadas como ativos mantido para venda.

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre, que totalizam 111,2MW médios^(*) de energia contratada, conforme quadro abaixo:

Parques	Fonte	Energia Vendida (MW médio*)	Vigência do contrato
Light I	Eólica	100,2	até ago/2035
Mercado livre I	Eólica	11,0	até dez/2019
		<u>111,2</u>	

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota 1: contrato cedido para Light e CEMIG

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- a) PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação.
- b) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 30 de junho de 2019 e 2018 para o resultado e 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

	30/06/2019				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	21.553	-	55.054	-	76.607
Custos não gerenciáveis	(328)	-	-	-	(328)
Margem Bruta	21.225	-	55.054	-	76.279
Custos gerenciáveis	(7.177)	(110.089)	(101.949)	(41.402)	(260.617)
Depreciação	(2.845)	(3.440)	-	(645)	(6.930)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(259.403)	-	-	(259.403)
Resultado de equivalência patrimonial	31.499	-	-	-	31.499
Receita financeira	126	112	(498)	899	639
Despesa financeira	(3.397)	(112.998)	(47.819)	(22.045)	(186.259)
Imposto de renda e contribuição social	(4.276)	243	-	-	(4.033)
Lucro líquido (prejuízo) do período	35.155	(485.575)	(95.212)	(63.193)	(608.825)
Ativos totais	793.750	1.406.504	16.720	157.836	2.374.810
Passivos totais	112.974	1.413.290	958.602	575.258	3.060.124

	30/06/2018				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	20.088	-	359.183	-	379.271
Custos não gerenciáveis	(326)	-	-	-	(326)
Margem Bruta	19.762	-	359.183	-	378.945
Custos gerenciáveis	(4.650)	(31.470)	(445.954)	(30.317)	(512.391)
Depreciação	(2.769)	(2.005)	-	(896)	(5.670)
Resultado de equivalência patrimonial	26.929	-	-	-	26.929
Receita financeira	395	2	72	339	808
Despesa financeira	(3.009)	(83.481)	(24.380)	(20.692)	(131.562)
Imposto de renda e contribuição social	(2.748)	-	-	-	(2.748)
Lucro líquido (prejuízo) do período	33.910	(116.954)	(111.079)	(51.566)	(245.689)
Ativos totais	912.023	1.794.361	89.889	158.538	2.954.811
Passivos totais	105.857	1.222.829	640.051	451.955	2.420.692

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Caixa		69	31	34	5
Bancos conta movimento		214	1.471	67	57
Aplicações financeiras de liquidez imediata		13.206	14.808	7	7
Aplicações financeiras		8.541	21.642	7.015	7.864
		22.030	37.952	7.123	7.933
Transferência para ativos mantidos para venda:					
Caixa e equivalentes de caixa	27.2	(58)	(1.381)	-	-
Total		21.972	36.571	7.123	7.933
Apresentados como:					
<u>Circulante</u>					
Caixa e equivalentes de caixa		13.431	14.929	108	69
Aplicações financeiras		1.526	13.778	-	-
<u>Não circulante</u>					
Aplicações financeiras		7.015	7.864	7.015	7.864
Total		21.972	36.571	7.123	7.933

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas que variam de 82,90% até 100% do CDI.

A aplicação financeira apresentada no não circulante não tem característica de caixa e equivalentes de caixa e por isso foi classificada na linha de aplicação financeira de curto prazo. Essa aplicação é garantidora da fiança constituída em favor do projeto Mercado Livre I e está remunerada a uma taxa de 98,50% do CDI.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Comercialização Mercado livre	146	2.750	-	-
Eletrobras - ESPRA	4.346	5.442	-	-
Outros	35	18	35	18
Total	4.527	8.210	35	18

Os saldos em 30 de junho de 2019 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização. Inclui valores a receber de partes relacionadas no montante de R\$155, em 31 de dezembro 2018 (Nota 24.2).

8. Tributos a recuperar

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
IRRF a compensar		8.759	4.006	163	130
IRPJ a compensar		1.067	1.593	-	263
COFINS a recuperar		2.453	1.683	-	-
PIS a recuperar		532	365	-	-
Outros impostos a compensar		439	220	49	65
		13.250	7.867	212	458
Transferência para ativos mantidos para venda	27.2	(4.081)	(3.385)	-	-
Total		9.169	4.482	212	458

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia avaliou os créditos de PIS e COFINS acumulados nas operações de compra e venda de energia da sua controlada Renova Comercializadora e identificou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor realizável desses créditos no montante de R\$20.961 com contrapartida ao resultado do exercício, considerando a incerteza na sua realização. Para o semestre findo em 30 de junho de 2019, foi revertido parte dessa provisão, no montante de R\$1.384, em decorrência do resultado apurado no período.

9. Cauções e depósitos vinculados

Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	Consolidado	
				30/06/2019	31/12/2018
Espra	Garantia	BNB	Financiamento BNB	11.194	10.866

Refere-se a aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 99,60% do CDI, vinculadas ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

10. Investimentos

10.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
PCH				
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	136.231	127.366
Renova PCH LTDA.	-	-	(6)	-
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	-	-	874.258	837.494
Brasil PCH S.A.	607.707	603.747	-	-
Eólico				
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA.	-	-	(34)	(24)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA.	-	-	(137)	(131)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	-	-	(92)	(84)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	-	-	(1.174)	131.200
Bahia Holding S.A.	-	-	27.851	45.614
Outras participações ⁽²⁾	-	-	(40)	(27)
Renovapar S.A.	-	-	(2)	(1)
Comercialização				
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	(634.879)	(549.160)
Total	<u>607.707</u>	<u>603.747</u>	<u>401.976</u>	<u>592.247</u>
Apresentados como:				
Ativo				
Investimento	607.707	603.747	1.038.340	1.141.674
Passivo				
Provisão para perda sobre investimento	-	-	(636.364)	(549.427)
Total	<u>607.707</u>	<u>603.747</u>	<u>401.976</u>	<u>592.247</u>

Nota 2: Demais empresas listadas na Nota 1.

10.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	30/06/2019					31/12/2018				
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.101	100,00	101.955	136.231	8.865	5.170.101	100,00	101.955	127.366	10.883
Renova PCH LTDA.	359.784	99,99	360	(6)	(6)	359.784	99,99	360	-	(10)
Chiplei SP Participações S.A. (Holding)	744.871.373	99,99	744.871	874.258	36.764	744.871.373	99,99	744.871	837.494	53.753
Eólico										
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ⁽¹⁾	1.516.318.129	99,99	1.516.318	-	(337.744)	1.516.318.129	99,99	1.516.318	181.032	(372.382)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽¹⁾	17.361.558	99,99	17.362	4.543	(4.353)	17.361.558	99,99	17.362	8.896	(1.733)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ⁽¹⁾	7.559.824	99,99	7.560	(1.116)	(4.703)	7.559.824	99,99	7.560	3.588	(1.166)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ⁽¹⁾	14.996.736	99,99	14.997	385	(4.677)	14.996.736	99,99	14.997	5.062	(2.594)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽¹⁾	19.142.404	99,99	19.142	(311)	(6.561)	19.142.404	99,99	19.142	6.251	(3.508)
Centrais Eólicas Conquista S.A. ⁽¹⁾	23.542.317	99,99	23.542	(2.516)	(5.499)	23.542.317	99,99	23.542	2.984	(811)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ⁽¹⁾	6.885.612	99,99	6.886	(1.018)	(4.154)	6.885.612	99,99	6.886	3.136	(945)
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽¹⁾	18.011.571	99,99	18.012	(7.924)	(4.566)	18.011.571	99,99	18.012	(3.358)	(2.408)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. ⁽¹⁾	4.614.138	99,99	4.614	(934)	(3.203)	4.614.138	99,99	4.614	2.269	(763)
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽¹⁾	14.215.026	99,99	14.215	(1.539)	(5.281)	14.215.026	99,99	14.215	3.743	(3.052)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽¹⁾	13.014.445	99,99	13.014	(9.285)	(4.937)	13.014.445	99,99	13.014	(4.348)	(2.815)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽¹⁾	16.493.153	99,99	16.493	5.332	(3.991)	16.493.153	99,99	16.493	9.324	(1.169)
Centrais Eólicas Putumaju S.A. ⁽¹⁾	10.421.120	99,99	10.421	(1.356)	(3.683)	10.421.120	99,99	10.421	2.328	(2.542)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. ⁽¹⁾	19.464.696	99,99	19.465	(4.594)	(3.226)	19.464.696	99,99	19.465	(1.367)	(1.015)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽¹⁾	19.346.653	99,99	19.347	(5.598)	(3.667)	19.346.653	99,99	19.347	(1.931)	(1.617)
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽¹⁾	11.530.260	99,99	11.530	438	(2.757)	11.530.260	99,99	11.530	3.195	(2.854)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ⁽¹⁾	6.428.922	99,99	6.429	(4.441)	(1.959)	6.428.922	99,99	6.429	(2.482)	(1.419)

- Continua -

- Continuação -

Companhia	30/06/2019					31/12/2018				
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Eólico										
Centrais Eólicas Caliandra S.A. ⁽¹⁾	6.598.699	99,99	6.599	(2.767)	(1.315)	6.598.698	99,99	6.599	(1.452)	(946)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽¹⁾	3.903.274	99,99	3.903	(2.598)	(1.386)	3.903.273	99,99	3.903	(1.212)	(896)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽¹⁾	2.181.078	99,99	2.181	(358)	(1.166)	2.181.077	99,99	2.181	809	(389)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽¹⁾	3.143.392	99,99	3.143	(391)	(1.276)	3.143.391	99,99	3.143	885	(392)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. ⁽¹⁾	130.234.571	99,99	130.235	-	(68.987)	119.383.201	99,99	119.383	34.501	(10.610)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. ⁽¹⁾	1.408.975	99,99	1.409	(9.783)	(5.336)	772.826	99,99	773	(5.083)	(4.863)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA.	32.338	99,99	32	(34)	(10)	32.338	99,99	32	(24)	(15)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	244.293.570	99,99	244.294	(1.174)	(473)	376.194.387	99,99	376.194	131.200	127
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA.	968.664	99,99	969	(137)	(6)	968.663	99,99	969	(131)	236
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	883.194	99,99	883	(92)	(8)	883.193	99,99	883	(84)	73
Renovapar S.A.	22.973	100,00	23	(2)	(1)	22.972	100,00	23	(1)	-
Bahia Holding S.A.	73.722.950	99,99	73.723	27.851	(3)	45.616.074	99,99	45.616	45.614	(3)
Outras participações ⁽²⁾	-	-	-	(40)	(13)	-	-	-	(27)	(16)
Comercialização										
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	100,00	4.306	(634.879)	(85.719)	-	100,00	4.306	(549.160)	(320.072)

Nota 1: Investimento mantido para venda, conforme Nota 1.2.1

Nota 2: Demais empresas listadas na Nota 1

10.3 Movimentação dos investimentos

10.3.1 Consolidado

Companhia	31/12/2018	Equivalência patrimonial		Dividendos propostos	30/06/2019
		Resultado	Amortização da mais valia		
PCH					
Brasil PCH S.A.	603.747	49.650	(18.151)	(27.539)	607.707

Companhia	31/12/2017	Equivalência patrimonial		30/06/2018
		Resultado	Amortização da mais valia	
PCH				
Brasil PCH S.A.	685.362	45.080	(18.151)	712.291

10.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não examinadas pelos auditores independentes).

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as informações contábeis da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2019 (CONSOLIDADO)

ATIVO	30/06/2019	31/12/2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/06/2019	31/12/2018
ATIVOS CIRCULANTES			PASSIVOS CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	188.802	158.661	Debêntures	100.989	41.758
Outros ativos circulantes	50.996	65.873	Outros passivos circulantes	114.807	160.921
Total dos ativos circulantes	239.798	224.534	Total dos passivos circulantes	215.796	202.679
ATIVOS NÃO CIRCULANTES			PASSIVOS NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	1.029.746	1.043.546	Debêntures	810.523	863.854
Outros ativos não circulantes	35.619	40.795	Outros passivos não circulantes	50.653	57.506
Total dos ativos não circulantes	1.065.365	1.084.341	Total dos passivos não circulantes	861.176	921.360
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	228.191	184.836
			TOTAL DOS PASSIVOS		
TOTAL DO ATIVO	1.305.163	1.308.875	E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.305.163	1.308.875

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019 (CONSOLIDADO)

	30/06/2019	30/06/2018
RECEITA LÍQUIDA	205.338	201.919
Custo com depreciação	(18.022)	(17.253)
Outros custos	(26.976)	(23.781)
Despesas gerais e administrativas	(6.503)	(10.418)
Reversão para perda com contrato oneroso	4.766	4.976
Resultado financeiro	(54.046)	(59.655)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(7.204)	(7.396)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	97.353	88.392

O resultado do período findo em 30 de junho de 2019 foi impactado substancialmente por: (i) aumento do faturamento em função do reajuste contratual de 7,64%; (ii) aumentos nos custos com manutenções preventivas e corretivas realizadas nas PCHs; e (iii) redução do resultado financeiro negativo em função do aumento nos rendimentos com aplicação financeira e redução nos encargos da dívida.

10.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2018	Adições	Cisão parcial	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda	30/06/2019
PCH						
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	127.366	-	-	8.865	-	136.231
Renova PCH LTDA.	-	-	-	(6)	-	(6)
Chiplely SP Participações S.A. (Holding)	837.494	-	-	36.764	-	874.258
Eólico						
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ⁽¹⁾	-	56.206	100.530	(337.744)	181.008	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(4.353)	4.353	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(4.703)	4.703	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(4.677)	4.677	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(6.561)	6.561	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(5.499)	5.499	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(4.154)	4.154	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(4.566)	4.566	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(3.203)	3.203	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(5.281)	5.281	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(4.937)	4.937	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(3.991)	3.991	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(3.683)	3.683	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(3.226)	3.226	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(3.667)	3.667	-
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(2.757)	2.757	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(1.959)	1.959	-
Centrais Eólicas Calianira S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(1.315)	1.315	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(1.386)	1.386	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(1.166)	1.166	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(1.276)	1.276	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. ⁽¹⁾	-	2.713	31.773	(68.987)	34.501	-
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. ⁽¹⁾	-	1.037	(402)	(5.336)	4.701	-
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA.	(24)	-	-	(10)	-	(34)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	131.200	-	(131.901)	(473)	-	(1.174)
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA.	(131)	-	-	(6)	-	(137)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	(84)	-	-	(8)	-	(92)
Renovapar S.A.	(1)	-	-	(1)	-	(2)
Bahia Holding S.A.	45.614	-	(17.760)	(3)	-	27.851
Outras participações ⁽²⁾	(27)	-	-	(13)	-	(40)
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(549.160)	-	-	(85.719)	-	(634.879)
Total	592.247	59.956	(17.760)	(525.037)	292.570	401.976

Nota 1: Investimento mantido para venda, conforme Nota 1.2.2.

Nota 2: Demais empresas listadas na Nota 1.

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2017	Adições	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda	30/06/2018
PCH					
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	119.068	-	9.582	-	128.650
Renova PCH LTDA.	5	5	(10)	-	-
Chiplely SP Participações S.A. (Holding)	786.294	-	28.554	-	814.848
Eólico					
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)(1)	385.172	62.487	(95.688)	(351.971)	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.(1)	7.832	1.668	(799)	(8.701)	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A.(1)	3.744	464	(606)	(3.602)	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.(1)	4.897	1.825	(921)	(5.801)	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.(1)	6.491	2.021	(1.460)	(7.052)	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.(1)	2.713	448	(39)	(3.122)	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.(1)	3.198	347	(494)	(3.051)	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.(1)	(4.082)	1.914	(1.115)	3.283	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A.(1)	2.358	287	(404)	(2.241)	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.(1)	4.432	1.376	(1.259)	(4.549)	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.(1)	(3.890)	1.492	(1.198)	3.596	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.(1)	7.699	1.703	(700)	(8.702)	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A.(1)	2.759	1.232	(1.091)	(2.900)	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.(1)	(868)	222	(115)	761	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.(1)	(1.044)	373	(545)	1.216	-
Centrais Eólicas Ico S.A.(1)	3.158	2.032	(1.639)	(3.551)	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.(1)	(2.335)	655	(607)	2.287	-
Centrais Eólicas Calianira S.A.(1)	(1.504)	558	(421)	1.367	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.(1)	(1.206)	528	(388)	1.066	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.(1)	850	180	(234)	(796)	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.(1)	861	240	(212)	(889)	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.(1)	32.619	7.155	(2.764)	(37.010)	-
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA.(1)	(449)	46	(2.384)	2.787	-
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA.(1)	(9)	-	-	9	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	130.847	188	(221)	-	130.814
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA.	(399)	12	263	-	(124)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	(179)	10	94	-	(75)
Renovapar S.A.	(1)	1	-	-	-
Outras participações (2)	(10)	1	-	-	(9)
Comercialização					
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(229.088)	-	(104.490)	-	(333.578)
Total	1.259.933	89.470	(181.311)	(427.566)	740.526

Nota 1: Investimento mantido para venda, conforme nota 1.2.2.

Nota 2: Demais empresas listadas na Nota 1.

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para perda em investimento no montante de R\$635.209 (R\$549.427, em 31 de dezembro de 2018).

10.4 Movimentação dos dividendos a receber

Os dividendos a receber correspondem a:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.219	5.039
Dividendos recebidos	<u>(10.200)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>23.019</u>	<u>5.039</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.180	10.177
Dividendos propostos	27.539	
Dividendos recebidos	<u>(36.719)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>-</u>	<u>10.177</u>

- a) Controladora: o saldo de R\$10.177 refere-se a dividendos a receber das controladas Enerbras (R\$5.559) e Chipley (R\$4.618).
- b) Consolidado: contemplam os dividendos propostos e recebidos da controlada indireta Brasil PCH.

11. Ativo imobilizado

11.1 Consolidado

		30/06/2019			31/12/2018		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	(24.528)	71.269	95.797	(23.410)	72.387
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	(13.798)	32.538	46.336	(13.165)	33.171
Máquinas e equipamentos	4%	65.015	(22.170)	42.845	65.015	(21.164)	43.851
Móveis e utensílios	10%	142	(129)	13	142	(127)	15
Equipamento de informática	17%	245	(245)	-	245	(245)	-
Torres de medição	20%	22.692	(21.399)	1.293	22.692	(20.064)	2.628
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.010)	729	3.739	(2.652)	1.087
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.112)	260	2.372	(1.876)	496
Outros	14%	16	(13)	3	16	(13)	3
		<u>236.949</u>	<u>(87.404)</u>	<u>149.545</u>	<u>236.949</u>	<u>(82.716)</u>	<u>154.233</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(2.888)	2.468	5.356	(2.620)	2.736
Benfeitorias	4%	854	(94)	760	854	(78)	776
Móveis e utensílios	10%	2.114	(1.413)	701	2.114	(1.307)	807
Softwares	20%	3.310	(3.269)	41	3.310	(3.195)	115
Equipamento de informática	20%	3.524	(3.337)	187	3.524	(3.156)	368
		<u>15.158</u>	<u>(11.001)</u>	<u>4.157</u>	<u>15.158</u>	<u>(10.356)</u>	<u>4.802</u>
Estoques							
Almoxarifado geral		<u>3</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>3</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>252.110</u>	<u>(98.405)</u>	<u>153.705</u>	<u>252.110</u>	<u>(93.072)</u>	<u>159.038</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		693.583	-	693.583	698.256	-	698.256
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		12.092	-	12.092	12.095	-	12.095
Edificações, obras civis e benfeitorias		270.891	-	270.891	266.159	-	266.159
Torres de medição		3.989	-	3.989	3.989	-	3.989
Aerogeradores		1.490.954	-	1.490.954	1.495.669	-	1.495.669
Equipamentos de subestação		440.058	-	440.058	431.732	-	431.732
Adiantamentos a fornecedores		2.781	-	2.781	1.750	-	1.750
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		<u>(1.413.850)</u>	<u>-</u>	<u>(1.413.850)</u>	<u>(1.154.492)</u>	<u>-</u>	<u>(1.154.492)</u>
Total do imobilizado em curso		<u>1.501.560</u>	<u>-</u>	<u>1.501.560</u>	<u>1.756.220</u>	<u>-</u>	<u>1.756.220</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		43.299	(1.597)	41.702	-	-	-
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 27.2)		<u>(1.431.284)</u>	<u>-</u>	<u>(1.431.284)</u>	<u>(1.675.862)</u>	<u>-</u>	<u>(1.675.862)</u>
Total imobilizado		<u>365.685</u>	<u>(100.002)</u>	<u>265.683</u>	<u>332.468</u>	<u>(93.072)</u>	<u>239.396</u>

11.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas (*)	Transferência para ativos mantidos para venda	30/06/2019
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Usina						
Terrenos	595	-	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	-	-	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	-	245
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	-	16
	<u>236.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>236.949</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	-	-	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.524	-	-	-	-	3.524
	<u>15.158</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.158</u>
Estoques						
Almoxarifado geral	3	-	-	-	-	3
	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>252.110</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>252.110</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Usina						
Reservatórios, barragens e adutoras	(23.410)	(1.118)	-	-	-	(24.528)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13.165)	(633)	-	-	-	(13.798)
Máquinas e equipamentos	(21.164)	(1.006)	-	-	-	(22.170)
Móveis e utensílios	(127)	(2)	-	-	-	(129)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	-	(245)
Torres de medição	(20.064)	(1.335)	-	-	-	(21.399)
Equipamentos de medição	(2.652)	(358)	-	-	-	(3.010)
Equipamentos de torres	(1.876)	(236)	-	-	-	(2.112)
Outros	(13)	-	-	-	-	(13)
	<u>(82.716)</u>	<u>(4.688)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(87.404)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(2.620)	(268)	-	-	-	(2.888)
Benfeitorias	(78)	(16)	-	-	-	(94)
Móveis e utensílios	(1.307)	(106)	-	-	-	(1.413)
Softwares	(3.195)	(74)	-	-	-	(3.269)
Equipamento de informática	(3.156)	(181)	-	-	-	(3.337)
	<u>(10.356)</u>	<u>(645)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.001)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(93.072)</u>	<u>(5.333)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(98.405)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>159.038</u>	<u>(5.333)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>153.705</u>

- Continua -

- Continuação -

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas (*)	Transferência para ativos mantidos para venda	30/06/2019
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	259.979	4.224	(7.668)	(350)	6.367	262.552
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	186	-	-	-	-	186
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	4.729	-	-	(4.729)	-
Aerogeradores	-	1.428	(6.740)	(236)	5.548	-
Equipamentos de subestação	135	8.326	-	-	(8.326)	135
Adiantamentos a fornecedores	207	1.030	-	-	(1.030)	207
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(181.211)	(259.403)	-	-	259.421	(181.193)
Total do imobilizado em curso	80.358	(239.666)	(14.408)	(586)	257.251	82.949
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	-	43.299	-	-	(12.673)	30.626
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	-	(86)	-	-	-	(86)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	-	(1.511)	-	-	-	(1.511)
Total direito de uso	-	41.702	-	-	(12.673)	29.029
Total do imobilizado	239.396	(203.297)	(14.408)	(586)	244.578	265.683

	31/12/2017	Adições	Reclassificações entre rubricas (*)	Transferência para ativos mantidos para venda	30/06/2018
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Usina					
Terrenos	595	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	-	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	245
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	16
	236.949	-	-	-	236.949
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	2.955	-	-	-	2.955
Móveis e utensílios	5.857	-	-	-	5.857
Softwares	3.310	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.762	-	-	-	3.762
	21.240	-	-	-	21.240
Estoques					
Almoxarifado geral	-	6	-	-	6
Total do imobilizado em serviço - custo	258.189	6	-	-	258.195
(-) Depreciação					
Geração					
Usina					
Reservatórios, barragens e adutoras	(21.168)	(1.109)	-	-	(22.277)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(11.900)	(639)	-	-	(12.539)
Máquinas e equipamentos	(19.151)	(1.005)	-	-	(20.156)
Móveis e utensílios	(110)	(14)	-	-	(124)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	(245)
Torres de medição	(17.325)	(1.368)	-	-	(18.693)
Equipamentos de medição	(1.899)	(396)	-	-	(2.295)
Equipamentos de torres	(1.399)	(241)	-	-	(1.640)
Outros	(11)	(2)	-	-	(13)
	(73.208)	(4.774)	-	-	(77.982)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(2.021)	(331)	-	-	(2.352)
Benfeitorias	(542)	(47)	-	-	(589)
Móveis e utensílios	(2.713)	(209)	-	-	(2.922)
Softwares	(2.993)	(109)	-	-	(3.102)
Equipamento de informática	(2.929)	(200)	-	-	(3.129)
	(11.198)	(896)	-	-	(12.094)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(84.406)	(5.670)	-	-	(90.076)
Total do imobilizado em serviço	173.783	(5.664)	-	-	168.119

- Continua -

- Continuação -

	31/12/2017	Adições	Reclassificações entre rubricas (*)	Transferência para ativos mantidos para venda	30/06/2018
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	667.155	4.420	-	(436.800)	234.775
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	12.095	426	-	(12.335)	186
Edificações, obras civis e benfeitorias	265.872	-	-	(265.872)	-
Torres de medição	3.989	-	-	(3.989)	-
Aerogeradores	1.504.327	176	(8.496)	(1.496.007)	-
Equipamentos de subestação	427.792	-	5.051	(432.708)	135
Adiantamentos a fornecedores	523	-	-	(156)	367
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.004.266)	-	-	822.651	(181.615)
Total do imobilizado em curso	1.878.549	5.022	(3.445)	(1.825.216)	54.910
Total do imobilizado	2.052.332	(642)	(3.445)	(1.825.216)	223.029

(*) Efeito da conciliação de fornecedores no período.

11.3 Controladora

		30/06/2019			31/12/2018		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(21.399)	1.293	22.692	(20.064)	2.628
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.010)	729	3.739	(2.652)	1.087
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.112)	260	2.372	(1.876)	496
		<u>28.803</u>	<u>(26.521)</u>	<u>2.282</u>	<u>28.803</u>	<u>(24.592)</u>	<u>4.211</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(2.888)	2.468	5.356	(2.620)	2.736
Benfeitorias	4%	854	(94)	760	854	(78)	776
Móveis e utensílios	10%	2.114	(1.413)	701	2.114	(1.307)	807
Softwares	20%	3.310	(3.269)	41	3.310	(3.195)	115
Equipamento de informática	20%	3.506	(3.319)	187	3.506	(3.138)	368
		<u>15.140</u>	<u>(10.983)</u>	<u>4.157</u>	<u>15.140</u>	<u>(10.338)</u>	<u>4.802</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>43.943</u>	<u>(37.504)</u>	<u>6.439</u>	<u>43.943</u>	<u>(34.930)</u>	<u>9.013</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		87.574	-	87.574	74.377	-	74.377
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		207	-	207	207	-	207
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.722)	-	(1.722)	(1.722)	-	(1.722)
Total do imobilizado em curso		<u>87.171</u>	<u>-</u>	<u>87.171</u>	<u>73.974</u>	<u>-</u>	<u>73.974</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		21.812	(1.442)	20.370	-	-	-
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 27.1)		(32.394)	-	(32.394)	(24.487)	-	(24.487)
Total imobilizado		<u>120.532</u>	<u>(38.946)</u>	<u>81.586</u>	<u>93.430</u>	<u>(34.930)</u>	<u>58.500</u>

11.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Redução de capital na Bahia Holding	30/06/2019
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	-	-	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.506	-	-	-	-	3.506
	<u>15.140</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.140</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.943</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.943</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(20.064)	(1.335)	-	-	-	(21.399)
Equipamentos de medição	(2.652)	(358)	-	-	-	(3.010)
Equipamentos de torres	(1.876)	(236)	-	-	-	(2.112)
	<u>(24.592)</u>	<u>(1.929)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(26.521)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(2.620)	(268)	-	-	-	(2.888)
Benfeitorias	(78)	(16)	-	-	-	(94)
Móveis e utensílios	(1.307)	(106)	-	-	-	(1.413)
Softwares	(3.195)	(74)	-	-	-	(3.269)
Equipamento de informática	(3.138)	(181)	-	-	-	(3.319)
	<u>(10.338)</u>	<u>(645)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.983)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(34.930)</u>	<u>(2.574)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(37.504)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>9.013</u>	<u>(2.574)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.439</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	49.890	3.105	(7.668)	(7.492)	17.760	55.595
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	207	-	-	-	-	207
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	-	-	(1.722)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>49.487</u>	<u>3.105</u>	<u>(7.668)</u>	<u>(7.492)</u>	<u>17.760</u>	<u>55.192</u>
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	-	21.812	-	(415)	-	21.397
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	(1.442)	-	-	-	(1.442)
	<u>-</u>	<u>20.370</u>	<u>-</u>	<u>(415)</u>	<u>-</u>	<u>19.955</u>
Total do imobilizado	<u>58.500</u>	<u>22.343</u>	<u>(7.668)</u>	<u>(7.907)</u>	<u>17.760</u>	<u>81.586</u>

	31/12/2017	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	30/06/2018
Imobilizado em serviço				
Geração				
Torres de medição	22.692	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração				
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	5.356
Benfeitorias	2.955	-	-	2.955
Móveis e utensílios	5.857	-	-	5.857
Softwares	3.310	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.744	-	-	3.744
	<u>21.222</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.222</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>50.025</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.025</u>
(-) Depreciação				
Geração				
Torres de medição	(17.325)	(1.368)	-	(18.693)
Equipamentos de medição	(1.899)	(396)	-	(2.295)
Equipamentos de torres	(1.399)	(241)	-	(1.640)
	<u>(20.623)</u>	<u>(2.005)</u>	<u>-</u>	<u>(22.628)</u>
Administração				
Máquinas e equipamentos	(2.021)	(331)	-	(2.352)
Benfeitorias	(542)	(47)	-	(589)
Móveis e utensílios	(2.713)	(209)	-	(2.922)
Softwares	(2.993)	(109)	-	(3.102)
Equipamento de informática	(2.909)	(200)	-	(3.109)
	<u>(11.178)</u>	<u>(896)</u>	<u>-</u>	<u>(12.074)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(31.801)</u>	<u>(2.901)</u>	<u>-</u>	<u>(34.702)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>18.224</u>	<u>(2.901)</u>	<u>-</u>	<u>15.323</u>
Imobilizado em curso				
Geração				
A ratear	87.231	3.985	(36.063)	55.153
Estudos e projetos	1.062	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	367	-	-	367
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	(1.722)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>86.988</u>	<u>3.985</u>	<u>(36.063)</u>	<u>54.910</u>
Total do imobilizado	<u>105.212</u>	<u>1.084</u>	<u>(36.063)</u>	<u>70.233</u>

11.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

11.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento. Conforme mencionado na Nota 27, o saldo de imobilizado em curso existente em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 referente ao Complexo Eólico Alto Sertão III, bem como determinados projetos em desenvolvimento foram transferidos para rubrica de ativos mantidos para venda.

11.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 30 de junho de 2019 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Consolidado
Alto Sertão III - Fase A	
ACL (Light I) ⁽¹⁾	830.839
LER 2013 ⁽¹⁾	424.647
	<u>1.255.486</u>
Alto Sertão III - Fase B ⁽²⁾	
ACL (Light II) ⁽¹⁾	73.295
ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	40.680
	<u>113.975</u>
Outros	
ACL (Mercado livre I) ⁽¹⁾	29.429
Outras imobilizações em curso ⁽³⁾	135.916
	<u>165.345</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	(1.431.284)
Total do imobilizado em curso	<u>103.522</u>

Nota 1: Os Projetos ACL (Light I), LER 2013, ACL (Light II), ACL (Mercado livre I) e ACL (Mercado livre II) no montante de R\$1.398.890 estão no escopo do contrato de compra e venda com a AES (nota 27.2), e consequentemente foram classificados como ativos mantidos para venda.

Nota 2: Esses parques tiveram suas outorgas canceladas em 04 de junho de 2019 pela ANEEL (Nota 16).

Nota 3: Inclui portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão, deste montante, R\$32.394, está no escopo das negociações que estão sendo conduzidas pela Companhia inclusive com a AES (nota 27.2), e consequentemente foi classificado como ativos mantidos para venda.

11.8 Baixa de projetos

A Companhia adota como prática a revisão de seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia concluiu que em 30 de junho de 2019 a Companhia concluiu que em 30 de junho de 2019 não havia projeto a ser baixado.

Em 8 de maio de 2019, a Companhia concluiu as condições precedentes previstas em contrato e entregou o projeto eólico em desenvolvimento Seridó a determinado fornecedor com o objetivo de amortizar o montante de R\$10.000 do total da dívida. Assim os gastos com esse projeto, que totalizaram R\$7.263 anteriormente reconhecidos no ativo foram baixados.

11.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Para o semestre findo em 30 de junho de 2019, a Administração da Companhia efetuou a revisão da provisão para redução ao valor recuperável com base na atualização das condições comerciais que estão sendo atualmente discutidas com a AES para ajustar o contrato de compra e venda de ações do Complexo Eólico Alto Sertão III e determinados projetos eólicos em desenvolvimento até outubro de 2019, e dentro das melhores expectativas da Companhia, complementou a provisão anteriormente constituída em R\$259.421 para fazer face a potenciais perdas na realização dos ativos do Complexo Eólico Alto Sertão III, liquida dos custos de venda.

As novas condições comerciais estão sendo negociadas em relação à proposta anteriormente recebida e aceita em decorrência, principalmente, da condição suspensiva ainda em aberto que trata da contratação do fornecedor para conclusão das obras do Alto Sertão III.

11.10 Bens dados em garantia

Em 30 de junho de 2019, a controlada indireta Espra possui bens dados em garantia ao seu financiamento com o BNB e o BTG no montante de R\$147.264 (Nota 13.3).

11.11 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R\$57.000, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

11.12 Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas identificaram 2.177 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 1.944 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento, 215 aos parques eólicos em construção e 13 às PCHs em operação e ainda 5 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo	30/06/2019		Passivo	30/06/2019	
	Consolidado	Controladora		Consolidado	Controladora
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	7.500	4.195
Direito de uso do ativo arrendado	43.299	21.812	(-) Juros a apropriar	(5.431)	(2.436)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(1.597)	(1.442)		2.069	1.759
	41.702	20.370	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda:	(70)	-
Transferência para ativos mantidos para venda:	(12.673)	(415)	Passivo circulante	1.999	1.759
			Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	89.820	21.464
			(-) Juros a apropriar	(52.515)	(5.042)
				37.305	16.422
			Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda:	(12.250)	-
			Passivo não circulante	25.055	16.422
Ativo total	29.029	19.955	Passivo total	27.054	18.181

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do semestre a depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	Consolidado	Controladora
Custo		
Amortização direito de uso	86	-
Despesa		
Amortização direito de uso	1.510	1.442
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	2.893	1.394
Total	4.489	2.836

Em 30 de junho de 2019, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Consolidado	
	Juros	Principal
2019	2.921	4.812
2020	5.353	9.516
2021	4.588	8.948
2022	4.018	8.209
2023	3.518	6.897
2024 a 2050	37.548	58.938
Total	57.946	97.320

12. Fornecedores

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Fornecedores		338.268	326.282	86.787	87.673
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	27.2	(43.000)	(277.751)	(43.000)	(43.000)
		295.268	48.531	43.787	44.673

Face as novas condições comerciais que estão sendo negociadas entre a Companhia e a AES para a alienação do Complexo Eólico AS III os valores a pagar relacionados a contratos de fornecimento de equipamentos e materiais para a construção dos parques, aerogeradores, subestações e construção civil serão assumidos pela Companhia. Desta forma, esses valores não estão mais classificados como passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda.

Em 4 de agosto de 2017, a Casa dos Ventos assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual e em contrapartida de tal assunção, a Companhia realizou a entrega de determinados projetos em desenvolvimento à Casa dos Ventos. Assim, para 30 de junho de 2019, esses saldos ativos e passivos continuam sendo apresentados como ativos classificados como mantidos para venda e passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda, uma vez que aguarda-se a conclusão das condições precedentes nesse tipo de negociação.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

13.1 Consolidado

		Consolidado									
		30/06/2019					31/12/2018				
	Custo da Dívida	Circulante			Não circulante	Total geral	Circulante			Não circulante	Total geral
		Encargos	Principal	Total			Encargos	Principal	Total		
Moeda Nacional											
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra ^(13.6.a)	9,5% a.a. (8,08% a.a.)*	496	7.283	7.779	60.356	68.135	-	7.101	7.101	63.587	70.688
Finep - CEOL Itaparica ^(15.6.b)	3,5% a.a.	13	1.998	2.011	7.158	9.169	16	1.997	2.013	8.158	10.171
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "A") ^(13.6.c)	TLP + 9% a.a.	99	8.149	8.248	-	8.248	2.015	169.026	171.041	-	171.041
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "B") ^(13.6.c)	TLP + 2,5% a.a.	6.214	524.952	531.166	-	531.166	5.799	499.921	505.720	-	505.720
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") ^(13.6.c)	TJ6 + 8,15% a.a.	200.159	251.061	451.220	-	451.220	1.571	257.258	258.829	-	258.829
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "D") ^(13.6.c)	100 SELIC + 8,5% a.a.	45	2.433	2.478	-	2.478	-	-	-	-	-
Citibank ^(13.6.d)	100% CDI + 4,5%	63.284	120.500	183.784	-	183.784	50.833	120.500	171.333	-	171.333
BTG Pactual ^(13.6.d)	155% CDI	-	17.366	17.366	156.292	173.658	40.497	129.738	170.235	-	170.235
Banco Modal ^(13.6.d)	100% CDI + 6%	5.642	15.000	20.642	-	20.642	4.446	15.000	19.446	-	19.446
Subtotal dos empréstimos e financiamentos		275.952	948.742	1.224.694	223.806	1.448.500	105.177	1.200.541	1.305.718	71.745	1.377.463
Custo de captação da operação		-	-	-	(116)	(116)	-	-	-	(131)	(131)
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 27.2)		(212.082)	(798.727)	(1.015.765)	(7.042)	(1.022.807)	(13.847)	(943.202)	(957.049)	(8.027)	(965.076)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		63.870	150.015	208.929	216.648	425.577	91.330	257.339	348.669	63.587	412.256

*15% de bônus de adimplência

13.2 Controladora

		Controladora					
		30/06/2019			31/12/2018		
		Circulante		Não circulante	Circulante		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	
Citibank ^(13.6.d)	100% CDI + 4,5%	63.284	120.500	183.784	-	183.784	50.833 120.500 171.333
BTG Pactual ^(13.6.d)	155% CDI	-	17.366	17.366	156.292	173.658	40.497 129.738 170.235
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		63.284	137.866	201.150	156.292	357.442	91.330 250.238 341.568

13.3 Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de junho de 2019, é garantido da seguinte forma:

	BNB (nota 13.6.a)	BNDES (nota 13.6.c)	Banco BTG (nota 13.6.d)	Total
Recebíveis	422.778	-	422.778	422.778
Penhor de ações	136.231	-	136.231	136.231
Hipoteca/alienação de bens	147.264	1.080.000	147.264	1.227.264
Caução em dinheiro	11.194	-	-	11.194
Total	717.467	1.080.000	706.273	1.797.467

As demais garantias relacionadas aos financiamentos estão descritas na Nota 13.6.

13.4 Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.179.528	113.810	1.293.338	250.711	49.775	300.486
Encargos financeiros provisionados	-	73.511	73.511	-	17.819	17.819
Encargos financeiros pagos	-	(3.388)	(3.388)	-	(195)	(195)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(6.760)	-	(6.760)	(2.320)	-	(2.320)
Atualização e incorporação de juros ao principal	32.792	(32.792)	-	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	12	-	12	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(882.834)	(83.742)	(966.576)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	322.738	67.399	390.137	248.391	67.399	315.790
Saldos em 31 de dezembro de 2018	320.926	91.330	412.256	250.238	91.330	341.568
Encargos financeiros provisionados	-	92.654	92.654	-	15.874	15.874
Encargos financeiros pagos	-	(2.417)	(2.417)	-	-	-
Comissões e outras penalidades	2.849	-	2.849	-	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(22.047)	-	(22.047)	-	-	-
Atualização e incorporação de juros ao principal*	(123.262)	123.262	-	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	13	-	13	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	139.399	(197.130)	(57.731)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019	317.878	107.699	425.577	250.238	107.204	357.442

(*) movimentação realizada em função do remanejamento de parte do subcrédito "A" para o subcrédito "C".

13.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	30/06/2019	
	Consolidado	Controladora
2020	21.499	17.366
2021	43.254	34.731
2022	43.785	34.731
2023	44.348	34.732
2024	44.943	34.732
2025 a 2027	18.819	-
Total	216.648	156.292

13.6 Resumo dos contratos

a. Contrato BNB

A controlada indireta Espira, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$147.264), o penhor de ações (R\$136.231), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espira, no valor de R\$422.778 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.194, em 30 de junho de 2019 (Nota 9). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

b. FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$107.960. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Até 30 de junho de 2019, o montante liberado foi de R\$14.149.

São garantias deste financiamento cartas de fiança bancária no valor de 100% do total liberado, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras.

O contrato de financiamento não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação

do subcrédito “C” no valor de R\$163.963. Em 15 de maio de 2019, foi assinado o 13º aditivo que formalizou a criação do subcrédito “D” decorrente da incorporação ao saldo devedor do contrato o valor devido a título de Comissão de Renegociação, no valor de R\$2.433. Conforme aditivos do contrato, o empréstimo ponte deverá ser quitado em 15 de outubro de 2019 (Nota 30.2).

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A, Diamantina Eólica Participações S.A e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs).

Esse contrato não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

d. Outros empréstimos – capital de giro

Em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão Participações S.A. emitiu uma Cédula de Crédito Bancário, no valor principal de R\$15.000, junto ao Banco Modal S.A. com vencimento em 10 de setembro de 2019, conforme 3º termo de aditamento assinado em 31 de maio de 2019, acrescida de 100% do CDI somada a uma taxa pré-fixada de 6% a.a. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina Eólica como avalistas.

Em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. As penalidades previstas em contrato para o inadimplemento do pagamento são juros de mora de 1% ao mês e multa compensatória de 2% sobre os valores devidos, bem como ressarcimento das custas e honorários incorridos pelo Citibank. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência. A amortização do principal e o pagamento dos juros serão trimestrais. As principais garantias da operação são: i) aval da Chipley e ii) Cessão fiduciária de 40% dos dividendos da Chipley.

Em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, respectivamente, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI, que serão pagos durante todo o prazo da dívida em parcelas trimestrais, sem nenhum período de carência.

São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espra, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

14. Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
IRPJ a pagar	2.142	5.651	-	-
CSLL a pagar	858	2.365	-	-
COFINS a recolher	93	4.713	33	9
PIS a recolher	15	1.019	6	1
Tributos sobre folha de pagamento	1.758	1.168	1.758	1.168
Tributos retidos de terceiros	5.143	3.455	3.322	332
IOF a recolher	6.205	886	-	-
IRRF sobre mútuo	5.135	783	4.073	606
Tributos em parcelamento	14.729	1.541	1.541	1.541
Outros impostos a recolher	757	973	1	1
	36.835	22.554	10.292	3.658
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 27.2)	(15.775)	(17.181)	-	-
TOTAL	21.060	5.373	10.292	3.658

O saldo referente a IRPJ e CSLL a pagar da Controladora, no valor de R\$1.541, foi incluído no parcelamento de débitos tributários instituído Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017 (convertida na Lei 13.496, de 24 de outubro de 2017). Para liquidação do débito a Companhia optou pela modalidade de pagamento à vista em espécie de 7,5% do valor da dívida consolidada e o restante será liquidado com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, quando da finalização da consolidação e deferimento da Receita Federal.

Em 30 de junho de 2019, determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no programa de parcelamento da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses e seguem apresentados na linha de “Tributos em parcelamento” no quadro acima.

15. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)

	Passivo	
	30/06/2019	31/12/2018
Circulante		
Eletrobras	12.912	13.114
CCEE	31.288	22.657
	<u>44.200</u>	<u>35.771</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 27.2)	(31.288)	(22.657)
Total do circulante	<u>12.912</u>	<u>13.114</u>
Não circulante		
Eletrobras	14.719	20.664
CCEE	3.068	-
	<u>17.787</u>	<u>20.664</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 27.2)	(3.068)	-
Total do não circulante	<u>14.719</u>	<u>20.664</u>
Total	<u>27.631</u>	<u>33.778</u>

Eletrobrás

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletrobrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobrás. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia ("MRE"), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 11,94 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 14,07 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2019 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega).

Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início

da operação comercial, valorado a 106%. (ressarcimento quadrienal - ressarcimento de 100% do volume + 6% de multa pela não entrega).

15.1 Movimentação

A movimentação dos períodos está apresentada a seguir:

	31/12/2018	Provisão/ reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	30/06/2019
Eletrobras	33.778	493	-	(6.640)	-	27.631
CCEE	-	-	21.919	(10.220)	(11.699)	-
Total do passivo	33.778	493	21.919	(16.860)	(11.699)	27.631

	31/12/2017	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	30/06/2018
Eletrobras	27.383	1.252	-	(1.607)	-	27.028
CCEE	19.361	-	8.210	(7.770)	(19.801)	-
Total do passivo	46.744	1.252	8.210	(9.377)	(19.801)	27.028

16. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Indenização/ressarcimento a pagar a parte relacionada – Light	-	89.206
Ressarcimento a pagar a parte relacionada – CEMIG	-	61.930
Penalidade ANEEL	67.020	5.940
Outros	1.840	53
	68.860	157.129
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 27.2)	(67.072)	(5.993)
Total	1.788	151.136

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo consolidado de outras contas a pagar incluía, basicamente, indenização e ressarcimento a serem pagos a parte relacionada LIGHTCOM, no montante de R\$89.206, sendo R\$82.960 referente a indenização devida no âmbito do aditivo assinado em 21 de dezembro de 2017, para fazer constar novas condições comerciais ao contrato e R\$6.246 referente a ressarcimento devido em função da suspensão do contrato de fornecimento de energia; ressarcimento a ser pago a CEMIG, no valor de R\$61.930, sendo R\$51.734 no âmbito do aditivo assinado em 3 de agosto de 2018 e R\$10.196 referente a suspensão do contrato de compra e venda de energia e consequente pagamento de ressarcimento (vide Nota 24.3.5). Com a assinatura dos novos TARDs em 2019 esses

valores foram reconhecidos como dívida e transferidos para a conta de partes relacionadas.

O saldo a pagar a ANEEL no valor de R\$67.020 refere-se à penalidades aplicadas pelo (i) cancelamento das outorgas, em 21 de dezembro de 2017, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A, no montante de R\$5.940 e (ii) cancelamento das outorgas dos projetos relacionados a parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, no montante de R\$61.080, ocorrida em 4 de junho de 2019.

17. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (controladora e consolidado)

Em 30 de junho de 2019, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$96.156 (31 de dezembro de 2018, R\$81.259), sendo R\$88.337 cíveis, R\$7.669 trabalhistas e R\$150, administrativas. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 30 de junho de 2019:

	Cíveis	Trabalhistas	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	74.933	6.183	143	81.259
Adição ^(a)	40.441	2.131	-	42.572
Atualização	768	213	7	988
Baixa ^(b)	(13.487)	(760)	-	(14.247)
Pagamento ^(c)	(14.224)	(98)	-	(14.322)
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(94)	-	-	(94)
Saldos em 30 de junho de 2019	88.337	7.669	150	96.156

	Cíveis	Trabalhistas	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	22.595	4.258	126	26.979
Adição	18.328	245	-	18.573
Atualização	441	2	6	449
Baixa	(474)	(608)	-	(1.082)
Pagamento	-	(97)	-	(97)
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(183)	-	-	(183)
Saldos em 30 de junho de 2018	40.707	3.800	132	44.639

(a) refere-se substancialmente a complemento de provisão para processo cível relacionado a arbitragem (Nota 1.2.2) no montante de R\$16.117 e complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros, no montante de R\$28.988.

(b) refere-se substancialmente a reversão da provisão para processo cível de execução da dívida com o BTG no montante de R\$12.943 tendo em vista a renegociação da dívida com o BTG e suspensão do referido processo.

(c) refere-se substancialmente a liberação do depósito judicial no montante de R\$14.178 em favor da Elite relacionado ao processo descrito no item i(a) abaixo.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$144.875 (31 de dezembro de 2018, R\$375.610), sendo R\$138.908 (31 de dezembro de 2018, R\$369.755) cíveis, R\$2.279 (31 de dezembro de 2018, R\$1.842) administrativas e R\$3.688 trabalhistas (31 de dezembro de 2018, R\$4.013), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o período findo em 30 de junho de 2019.

Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

Prováveis

(i) Cíveis - refere-se basicamente a:

- a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto o possível descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia pelo não pagamento das obrigações deste contrato, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. A Companhia entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R\$39.422.
- b) processo arbitral com Consórcio MGT referente ao ressarcimento de supostos prejuízos financeiros suportados durante a execução dos contratos de prestação de serviços de engenharia e obras civis do Complexo Eólico Alto Sertão II, no valor de R\$37.890. (nota 1.2.2).
- c) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$11.025 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

Para fazer face a essas discussões judiciais relacionadas ao processo ajuizado pela Elite Serviços, conforme mencionado no item “i (a)” acima, a Companhia mantém depósito judicial, no valor de R\$5.675 (R\$19.853, em 31 de dezembro de 2018).

Possíveis

- (i) Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se: processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos locadores cujo montante total corresponde a R\$119.867 (R\$200.480, 31 de dezembro de 2018) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.
- (ii) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$25.008 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

17.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Desde 2017, a Companhia é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Companhia e aportes efetuados pela Companhia em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores, incluindo determinados pagamentos

a fornecedores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Companhia solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente com notória especialização em ações investigativas e escritório de advocacia com renomada experiência, bem como foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, por um membro do Conselho Fiscal, pelo presidente do Conselho de Administração e pelo coordenador do Comitê de Auditoria, que estão acompanhando a investigação interna.

Neste contexto, o escopo da investigação interna independente compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de Ética e políticas de integridade da Renova.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a Operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da Companhia para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação dos serviços. Em 25 de julho de 2019, foi deflagrada a 2ª fase da referida operação, que não resultou em ações diretas à Companhia. As investigações da Operação “E o Vento Levou” ainda não foram concluídas e a Polícia Federal, Ministério Público Federal e Receita Federal poderão levar tempo adicional para concluir todos os seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Companhia a avaliar eventuais impactos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado publicado em 11 de abril de 2019, esclareceu que se trata de uma investigação, ainda em curso, relacionada ao período anterior a 2015, e que prestará todas as informações necessárias para auxiliar os trabalhos da Polícia Federal e do Poder Judiciário. Em 25 de abril de 2019, os órgãos de governança da Companhia solicitaram que a investigação interna conduzida por empresa independente seja estendida para englobar as novas informações dessa investigação.

Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a controlada indireta Espra, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$1.788. A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos), e provisionou o montante em suas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2019.

A Companhia esclarece que os trabalhos de investigação interna ainda não foram finalizados, com expectativa de conclusão no 2º semestre do ano corrente e, segundo seu melhor conhecimento, em que pese a existência de evidências de falhas nos procedimentos de controles internos relativos a aprovação de pagamentos e manutenção de documentação suporte para determinados serviços contratados junto a terceiros sob avaliação no âmbito da investigação, ainda são necessários procedimentos adicionais para determinar a existência de elementos que possam suportar ou refutar as alegações sob análise. Dessa forma, não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2019 e períodos anteriores, exceto quanto ao mencionado no parágrafo anterior.

18. Provisão para contrato oneroso

Em função do atraso da entrada em operação de determinados parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora está comprando energia no mercado de curto prazo para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia. Considerando

que os preços estabelecidos nesses contratos são inferiores aos preços da energia que está sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.

Assim em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu provisão no montante total de R\$43.467, considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI, sendo R\$37.022 classificado no circulante e R\$6.445 no não circulante.

Em 30 de junho de 2019 o saldo da provisão é de R\$8.960, considerando que parte do valor provisionado, R\$34.507, foi revertida em razão da revisão dos efeitos dos contratos onerosos face aos preços de compra de energia atualmente praticados no mercado.

19. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

O capital social da Companhia, no valor de R\$2.960.776, em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, está dividido em 41.719.724 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 32.980.224 são ações ordinárias e 8.739.500 são ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	% do Capital Social Total
Bloco de Controle	28.154.191	85,37%	99	0,00%	28.154.290	67,48%
CG I FIP MULTI ESTRATÉGIA	5.875.746	17,82%	-	0,00%	5.875.746	14,08%
Light Energia	7.163.074	21,72%	98	0,00%	7.163.172	17,17%
Cemig GT	15.115.371	45,83%	1	0,00%	15.115.372	36,23%
Outros Acionistas	4.826.033	14,63%	8.739.401	100,00%	13.565.434	32,52%
CG I FIP MULTI ESTRATÉGIA	762.108	2,31%	644.156	7,37%	1.406.264	3,37%
BNDESPAR	696.683	2,11%	1.393.366	15,94%	2.090.049	5,01%
InfraBrasil	1.165.148	3,53%	2.330.295	26,66%	3.495.443	8,38%
FIP Caixa Ambiental	547.030	1,66%	1.094.059	12,52%	1.641.089	3,93%
Outros	1.655.064	5,02%	3.277.525	37,50%	4.932.589	11,82%
Total	32.980.224	100,00%	8.739.500	100,00%	41.719.724	100,00%

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital, conforme apresentado a seguir:

Evento	Data	Custo na emissão de ações Controladora e Consolidado
Abertura de capital (IPO - Oferta Pública Inicial)	julho/2010	13.686
Novo investidor: Light Energia	setembro/2011	20.555
Novo investidor: BNDESPAR	setembro/2012	1.871
Novo investidor: CEMIG GT	setembro/2014	5.645
Total		41.757

d) Reservas

Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o efeito dos custos do Plano de Pagamento Baseado em Ações relativo a determinados projetos, bem como os prêmios pagos referentes ao IPO e também em acordos firmados com seus executivos. Esses registros refletem tanto provisões de ações já outorgadas quanto o registro de provisão de ações que serão outorgadas no médio e curto prazo.

20. Receita líquida

	Consolidado			
	30/06/2019 MWh*	30/06/2018 MWh*	30/06/2019	30/06/2018
Geração				
Suprimento de energia elétrica - PCHs	60.987	65.783	22.370	20.838
Outras receitas				
Operações - comercialização de energia elétrica			60.665	395.095
			83.035	415.933
Deduções s/ receitas:				
(-) Impostos s/ receita (PIS/COFINS)			(6.428)	(36.662)
Total			76.607	379.271

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

A redução do volume das operações de comercialização de energia elétrica, e por conseguinte nos impostos sobre a receita, é em função da suspensão do fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de janeiro a dezembro de 2019 conforme mencionado na Nota 24.3.

21. Custos e despesas (receitas)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽²⁾	48.247	444.460	-	-
Custo da operação				
Serviços de terceiros	1.490	1.862	-	-
Aluguéis e arrendamentos	-	838	-	-
Seguros	106	120	-	-
Material de uso e consumo	518	274	-	-
Repactuação do risco hidrológico	1.016	979	-	-
Outros custos	160	171	-	-
	3.290	4.244	-	-
Depreciações e amortizações (Nota 11)	4.774	4.774	1.929	2.005
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust ⁽¹⁾	266	272	-	-
Taxa de fiscalização	62	54	-	-
	328	326	-	-
Total	56.639	453.804	1.929	2.005
Receitas (despesas)				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	13.792	15.233	5.849	6.857
Serviços de terceiros	3.435	7.480	4.823	4.816
Aluguéis e arrendamentos	240	730	-	385
Viagens	1.615	796	437	372
Seguros	2.689	2.515	164	57
Telefonia e TI	1.245	1.438	526	756
Material de uso e consumo	307	399	74	148
Penalidades contratuais e regulatórias (Nota 16)	61.081	1.742	-	-
Contingências cíveis e trabalhistas	28.620	17.904	28.547	17.844
Outras despesas	1.258	438	249	449
	114.282	48.675	40.669	31.684
Depreciações e amortizações (Nota 11)	2.156	896	2.087	896
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 11.3)	259.403	-	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas				
Indenizações contratuais ⁽³⁾	87.449	-	-	-
Multa sobre ressarcimento (Nota 15.1)	21.919	8.210	-	-
Perda na desativação de bens e direitos (Nota 11.2)	6.740	-	-	-
Contrato oneroso (Nota 18)	(34.507)	-	-	-
Licenças e estudos ambientais	2.263	-	-	-
Tusd/Tust ⁽¹⁾	12.173	10.813	-	-
Taxa de fiscalização	47	41	-	-
Reversão provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins (Nota 8)	(1.384)	-	-	-
Outras despesas (receitas)	98	(4.052)	(2.003)	(1.368)
	94.798	15.012	(2.003)	(1.368)
Total	470.639	64.583	40.753	31.212

- (1) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados nas despesas estão relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III, cujos parques eólicos encontram-se em construção.
- (2) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.
- (3) Ressarcimento a ser pago a CEMIG GT (R\$62.575) e a Light (R\$24.874), conforme aditivos celebrados com a Renova Comercializadora (Nota 24) em função da suspensão e cessão dos contratos de compra e venda de energia elétrica.

22. Resultado financeiro

	Nota	Consolidado		Controladora	
	<u>explicativa</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		758	909	61	238
Outras receitas financeiras		1.003	383	882	118
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira*		<u>(1.122)</u>	<u>(484)</u>	<u>(44)</u>	<u>(17)</u>
Total das receitas financeiras		<u>639</u>	<u>808</u>	<u>899</u>	<u>339</u>
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	13.4	(92.654)	(73.511)	(15.874)	(17.819)
Juros - partes relacionadas	24	(46.600)	(20.846)	(19.961)	(10.808)
Juros		(19.866)	(22.190)	931	245
Fiança bancária para dívida		(9.942)	(10.839)	6	(169)
Juros sobre obrigação de arrendamento	11.12	(2.893)	-	(1.394)	-
Comissões e outras penalidade (dívida)		(2.728)	-	-	-
IOF		(5.870)	(2.794)	(4.801)	(2.633)
Despesas bancárias		-	(523)	-	(57)
Outras despesas financeiras		<u>(5.706)</u>	<u>(859)</u>	<u>(912)</u>	<u>(259)</u>
Total das despesas financeiras		<u>(186.259)</u>	<u>(131.562)</u>	<u>(42.005)</u>	<u>(31.500)</u>
Total do resultado financeiro		(185.620)	(130.754)	(41.106)	(31.161)

(*) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas que são eliminadas no consolidado.

23. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(604.792)	(242.941)	(608.825)	(245.689)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	205.629	82.600	207.001	83.534
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(10.975)	(5.710)	(111)	(64)
Resultado da equivalência patrimonial	10.710	9.156	(178.513)	(61.646)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	2.125	(2.015)	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(85.514)	(5.111)	(9.830)	(5.111)
Prejuízo fiscal e base negativa	(117.942)	(76.172)	(18.547)	(16.713)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>4.033</u>	<u>2.748</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A controladora não apurou lucro tributável no período.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados tributos diferidos:

	Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018
Prejuízo fiscal do período	(54.549)	(123.268)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	(814.060)	(690.792)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(868.609)</u>	<u>(814.060)</u>

24. Transações com partes relacionadas

24.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
<u>Mútuo⁽¹⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	61.339	47.585	(1.680)	(1.495)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	453.686	377.716	(14.646)	(7.038)	-	-
Chipley SP Participações S.A.	-	-	134.765	102.680	(3.635)	(2.274)	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Subtotal	-	-	649.790	527.981	(19.961)	(10.808)	-	-
<u>Rateio de despesa⁽²⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	2.446	1.139	-	-	-	-	(2.173)	(2.173)
Renova Comercializadora de Energia S.A.	450	78	-	-	-	-	(2.127)	(1.282)
Controladas - LER 2013	1.838	720	-	-	-	-	(1.115)	(1.191)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	51	107	-	-	-	-	(167)	(180)
Controladas - ACL (Light I)	2.403	1.153	-	-	-	-	(1.782)	(1.905)
Controladas - ACL (Light II)	2.359	926	-	-	-	-	(1.433)	(1.531)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	1.255	492	-	-	-	-	(764)	(819)
	10.802	4.615	-	-	-	-	(9.561)	(9.081)
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 27.2)	(7.906)	(3.398)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.896	1.217	-	-	-	-	(9.561)	(9.081)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital⁽³⁾</u>								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	14.503	4.815	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	391	86	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	400	88	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	410	97	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	741	127	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.	412	74	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	346	59	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.	556	132	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	258	45	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.	458	101	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	534	134	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	398	94	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	356	95	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	185	32	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	234	41	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A.	247	46	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	178	39	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	123	29	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	161	32	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	108	18	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	109	20	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	406	371	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	853	482	-	-	-	-	-	-
Outras participações	231	3	-	-	-	-	-	-
	22.598	7.060	-	-	-	-	-	-
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 27.2)	(22.367)	(7.057)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	231	3	-	-	-	-	-	-
Total	3.127	1.220	649.790	527.981	(19.961)	(10.808)	(9.561)	(9.081)

24.2. Consolidado

	Consolidado									
	Ativo	Passivo		Receita		Custo		Despesa	Resultado financeiro	
	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2018
<u>Renova Comercializadora de Energia S.A.</u>										
CEMIG Geração e Transmissão S.A.										
Contas a receber de clientes (venda de energia) ⁽⁴⁾	112	-	-	-	62.462	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar ⁽⁵⁾	-	-	61.930	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos para compra de energia ⁽⁶⁾	-	-	87.295	-	-	-	-	-	-	(2.490)
TARD ⁽⁷⁾	-	688.064	445.271	-	-	-	-	(62.575)	(30.990)	(17.236)
Total	112	688.064	594.496	-	62.462	-	-	(62.575)	(30.990)	(19.726)
LIGHT COM Comercializadora de Energia										
Contas a receber de clientes (venda de energia) ⁽⁴⁾	-	-	-	25.317	93.077	-	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	-	-	(2.278)	(6.736)	-	-	-
Outras contas a pagar ⁽⁵⁾	-	-	89.206	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos para compra de energia ⁽⁶⁾	-	76.130	88.454	-	-	-	-	-	(4.090)	(1.120)
TARD ⁽⁸⁾	-	179.763	-	-	-	-	-	(24.874)	(11.520)	-
Total	-	255.893	177.660	25.317	93.077	(2.278)	(6.736)	(24.874)	(15.610)	(1.120)
CLIME Trading Comercilaizadora de Energia Ltda.										
Contas a receber de clientes (venda de energia)	43	-	-	18.478	3.221	(16.944)	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	-	-	-	(5.395)	-	-	-
Total	43	-	-	18.478	3.221	(16.944)	(5.395)	-	-	-
	155	943.957	772.156	43.795	158.760	(19.222)	(12.131)	(87.449)	(46.600)	(20.846)
Apresentados como:										
<u>Circulante</u>	155	646.046	434.608							
Ativo										
Contas a receber de clientes (Nota 7)	155	-	-							
Passivo										
Outras contas a pagar (Nota 16)	-	-	151.136							
Partes relacionadas (Nota 24)	-	646.046	283.472							
<u>Não circulante</u>	-	297.911	337.548							
Passivo										
Partes relacionadas (Nota 24)	-	297.911	337.548							
Total	155	943.957	772.156							

24.3. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Controladora. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a.

(2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Controlada.

(3) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela Controladora para as Controladas.

(4) Operação de compra e venda de energia, no âmbito dos contratos firmados entre as partes, conforme segue:

a. Contrato Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT até agosto de 2035.

(i) Em 3 de agosto de 2018 a Companhia assinou o 7º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia eólica celebrado entre a controlada Renova Comercializadora e a CEMIG GT suspendendo o fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de julho a dezembro de 2018.

(ii) Em 20 de fevereiro agosto de 2018 a Companhia assinou o 8º termo aditivo a esse contrato suspendendo o fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de janeiro a dezembro de 2019.

(iii) Em 22 de março de 2019 a controlada Renova Comercializadora e LIGHTCOM assinaram o 3º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica (Light I) para dentre outros assuntos: i) suspender o fornecimento da energia elétrica contratada para o período de 1º de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2019; ii) alterar os volumes de energia elétrica contratada a serem disponibilizados durante o período de suprimento; e iii) alterar o preço da energia elétrica contratada.

b. Contrato Light II, com fornecimento para LIGHTCOM até 30 de junho de 2019. A partir de 1º de julho de 2019, esse contrato foi cedido para a Engie, conforme negociação de venda do Complexo Umburanas ocorrida em 2017.

(5) Valores a pagar a CEMIG GT e a LIGHTCOM, conforme detalhado a seguir:

a) Ressarcimento devido a CEMIG GT, conforme previsto do 7º Termo Aditivo, assinado em 3 de agosto de 2018, em função da suspensão do fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de julho a dezembro de 2018, cuja liquidação estava prevista contratualmente para 09 de julho de 2019, atualizada a 155% do CDI. Como o pagamento não ocorreu na data prevista, novos prazos e condições para liquidação estão sendo negociados entre as partes.

b) Indenização devida a LIGHTCOM, conforme previsto no 2º Termo Aditivo, assinado em 21 de dezembro de 2017, para fazer constar novas condições comerciais, como preço de energia, índice de atualização e sazonalização, necessárias ao cumprimento de determinadas condicionantes do BNDES. O vencimento dessa indenização ocorreu em 30 de abril de 2018 e, como o pagamento não foi efetuado, o valor devido está sendo atualizado pela variação do IGPM com juros remuneratórios de 1% a.m., acrescido de multa moratória de não compensatória de 2%, até a data do efetivo pagamento, que permanece sem previsão.

Em dezembro de 2018 a controlada direta Renova Comercializadora cedeu seus contratos de compra de energia com terceiros para as partes relacionadas CEMIG GT e LIGHTCOM. A cessão desses contratos gerou um ressarcimento total de R\$16.442, sendo R\$10.196 a CEMIG GT e R\$6.246 a LIGHTCOM.

Considerando a assinatura dos TARDs 001/2019 e 002/2019 com a CEMIG GT e do TARD 001/2019 com a LIGHTCOM, esses saldos anteriormente apresentados como outras contas a pagar estão sendo apresentados como partes relacionadas.

(6) Adiantamentos realizados no âmbito do contrato de compra e venda de energia firmados com a CEMIG GT e a LIGHTCOM, a taxa de 155% do CDI. O saldo é composto dos adiantamentos abaixo acrescidos de juros:

CEMIG GT

Adiantamento referente a:	abril a junho/2018 (quitado com entrega de energia)	julho a dezembro/2018 (TARD 001/2018)	janeiro/2019	fevereiro a abril/2019	maio a julho/2019	agosto a outubro/2019	Total recebido
Data do recebimento:	1º Trimestre/2018	fevereiro, abril e maio/2018	09/05/2018	08/06/2018	10/07/2018	08/08/2018	
Valor recebido:	R\$ 36.670	R\$ 55.880	R\$ 8.200	R\$ 23.000	R\$ 26.300	R\$ 25.800	R\$ 175.850
Valor em aberto:	-	-	-	-	-	-	-

Considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.ii, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora referentes ao período de janeiro a outubro de 2019, no valor total de R\$83.300, foram reconhecidos como dívida, conforme TARD 002/2019.

LIGHTCOM

Adiantamento referente a:	abril a setembro/2018 (quitado com entrega de energia)	outubro/2018	novembro/2018, dezembro/2018 e janeiro/2019	fevereiro, março e abril/2019	maio a julho/2019 e novembro/2019 a outubro/2020	agosto a outubro/2019	novembro/2020 a julho/2021	agosto/2021	Total recebido
Data do recebimento:	1º trimestre de 2018	24/04/2018	09/05/2018	08 e 26/06/2018	10, 13 e 23 /07/2018	08/08/2018	01 e 02/2019	07/03/2019	
Valor recebido:	R\$ 26.715	R\$ 9.892	R\$ 10.795	R\$ 12.226	R\$ 53.094	R\$ 11.580	R\$ 34.989	R\$ 2.763	R\$ 162.054
Valor em aberto:	-	-	-	-	R\$ 22.213	R\$ 11.580	R\$ 34.989	R\$ 2.763	R\$ 71.545

Entre janeiro e março de 2019, a Companhia recebeu de seu acionista Light o montante de R\$37.752, a título de adiantamento para entrega futura de energia, referente ao período de novembro de 2020 a agosto de 2021, cujos valores estão sendo atualizados à taxa de 155% do CDI. Considerando o plano de reestruturação financeira divulgado na Nota 1.3, o saldo dos adiantamentos recebidos deverá ser convertido em instrumentos de dívidas de emissão da Companhia.

Tendo em vista a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.(iii), os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora referentes ao período de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, no valor total de R\$50.466, foram reconhecidos como dívida, conforme TARD 001/2019.

(7) TARDs – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos, conforme segue:

CEMIG GT

	TARD 047/2016	TARD 001/2017	TARD 001/2017	TARD 001/2018
Contrato de fornecimento de energia	25/03/2015 - PPA CEMIG	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 1
Data do recebimento	15 de dezembro de 2015	14 de junho de 2016	setembro e outubro de 2016	fevereiro, abril e maio de 2018
Valor	R\$ 60.000	R\$ 94.000	R\$ 118.000	R\$ 55.880
Cessão/Ressarcimento	-	-	-	R\$ 51.879
Data da assinatura do TARD	27 de outubro de 2016	24 de novembro de 2017	24 de novembro de 2017	3 de agosto de 2018
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI
Quitação	09 de julho de 2019	A partir de janeiro de 2020	A partir de maio de 2021	09 de julho de 2019
Parcela(s)	única	12	12	única
Saldos em 30 de junho de 2019	R\$ 97.880	R\$ 140.582	R\$ 165.431	R\$ 116.986

- Continua -

- Continuação -

	TARD 001/2019	TARD 002/2019	TARD 004/2019	Total
Contrato de fornecimento de energia	23/12/2013 - Lote 1	23/12/2013 - Lote 1	Cessão dos contratos de compra e venda de energia	-
Data do recebimento	-	janeiro a outubro de 2019	março a dezembro de 2019	
Valor	-	R\$ 83.300	R\$ 16.589	R\$ 427.769
Cessão/Ressarcimento	R\$ 10.196	R\$ 45.987	-	R\$ 108.062
Data da assinatura do TARD	20 de fevereiro de 2019	20 de fevereiro de 2019	30 de abril de 2019	-
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	-
Quitação	09 de julho de 2019	09 de julho de 2019	09 de julho de 2019	-
Parcela(s)	única	única	única	
Saldos em 30 de junho de 2019	R\$ 10.662	R\$ 139.576	R\$ 16.947	R\$ 688.064

(*) os valores deverão ser atualizados desde a data dos respectivos recebimentos até a data do efetivo pagamento, que está sendo negociada entre as partes.

Em 20 de fevereiro de 2019 a controlada Renova Comercializadora e a CEMIG GT assinaram o 1º aditivo ao TARD 01/2018 e o 8º aditivo ao TARD 047/2016 postergando a data do vencimento para 09 de julho de 2019, atualizados a 155% do CDI desde a data do vencimento original até a data da efetiva quitação. Como o pagamento não ocorreu na data prevista, novos prazos e condições para liquidação estão sendo negociados entre as partes.

Nessa mesma data foram assinados os seguintes TARDs:

- TARD 001/2019: reconhecendo como dívida o valor de R\$10.196 referente as cessões dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela controlada Renova Comercializadora com terceiros relativos à entrega de energia no mês de dezembro de 2018. Esse valor deveria ser pago até 09 de julho de 2019, em parcela única, atualizados a 155% do CDI. Como o pagamento não ocorreu na data prevista, novos prazos e condições para liquidação estão sendo negociados entre as partes.
- TARD 002/2019: considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.ii acima, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora referentes ao período de janeiro a outubro de 2019, no valor total de R\$83.300, foram reconhecidos como dívida, a ser paga em parcela única atualizada a 155% do CDI até 9 de julho de 2019. Novo prazo e condições para liquidação estão sendo negociados entre as partes.

Adicionalmente, em decorrência da alteração do período de fornecimento, da assunção de determinados contratos de compra e venda de energia elétrica e ainda do ressarcimento pela redução do montante de energia eólica, a Renova Comercializadora pagará a CEMIG GT o montante de R\$45.987, cuja liquidação estava prevista para até 09 de julho de 2019 atualizada a 155% do CDI. Como o pagamento não ocorreu na data prevista, novos prazos e condições para liquidação estão sendo negociados entre as partes.

Em 30 de abril de 2019 a controlada Renova Comercializadora e a CEMIG GT assinaram o TARD 004/2019 reconhecendo como dívida o valor de R\$16.589 referente as cessões dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela controlada Renova Comercializadora com terceiros relativos à entrega de energia para o período de março a dezembro de 2019. Esse valor deveria ser pago até 09 de julho de 2019, em parcela única, atualizados a 155% do CDI. Como o pagamento não ocorreu na data prevista, novos prazos e condições para liquidação estão sendo negociados entre as partes.

Considerando o Plano de Reestruturação Financeira divulgado na Nota 1.3, os valores relativos a esses TARDs estão sendo discutidos com os acionistas para que seja dada uma solução definitiva que poderá resultar na conversão dos mesmos em instrumentos de dívidas de emissão da Companhia.

(8)TARDs – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a LIGHTCOM e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos, conforme segue:

Considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.(iii) acima, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora referentes ao período de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, no valor total de R\$50.466, foram reconhecidos como dívida, conforme TARD 001/2019 assinado em 22 de março de 2019, que previa a devolução do valor em parcela única atualizada a 155% do CDI desde as datas das antecipações até a data da efetiva quitação, 09 de julho de 2019. Como o pagamento não ocorreu na data prevista, novos prazos e condições para liquidação estão sendo negociados entre as partes.

Adicionalmente, em decorrência da alteração do período de fornecimento, da assunção de determinados contratos de compra e venda de energia elétrica e ainda do ressarcimento pela redução do montante de energia eólica, a Renova Comercializadora pagará a LIGHTCOM o montante de R\$31.120, cuja liquidação estava prevista para até 09 de julho de 2019 atualizada a 155% do CDI. Como o pagamento não ocorreu na data limite prevista, novos prazos e condições para liquidação estão sendo negociados entre as partes.

Garantias às antecipações e aos TARDs

O saldo devedor das antecipações e dos TARDs mencionados acima são garantidos da seguinte forma:

- (i) alienação fiduciária de 30% das ações da Chipley de titularidade da Controladora (Nota 13.6.d);
- (ii) cessão fiduciária de 30% do fluxo dividendos e/ou de juros sobre capital próprio limitados a R\$35.000 anuais da Chipley.
- (iii) cessão fiduciária sobre 30% dos recebíveis oriundos da venda das ações da Chipley de titularidade da Controladora e alienadas na forma do item (i) acima (Nota 15.6.d);
- (iv) alienação fiduciária sobre a integralidade das ações da Bahia Holding e sobre 49,9% das ações da Ventos de São Cristóvão;
- (v) cessão fiduciária sobre as sobras do produto da execução das garantias representadas pelos itens (i) e (iv) acima.

24.4 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$4.170 e R\$3.437, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/06/2019						30/06/2018					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	3,00	1,00	4,00	2,17	4,83	11,00	1,67	1,83	3,50	2,00	4,33	9,83
Remuneração fixa acumulada	1.684	415	2.099	121	270	2.490	1.222	972	2.193	116	253	2.562
Salário ou pró-labore	1.176	270	1.446	101	225	1.772	746	700	1.446	96	211	1.753
Benefícios diretos e indiretos	179	50	229	-	-	229	125	75	200	-	-	200
Outros	329	95	424	20	45	65	350	197	547	20	42	62
Gratificações fixas	-	-	-	-	-	-	64	-	64	-	-	-
Encargos decorrentes da remuneração fixa	329	95	424	20	45	65	286	197	483	20	42	62
Remuneração variável acumulada	1.066	225	1.291	-	-	1.291	428	168	596	-	-	596
Provisão Programa de participação no resultado	1.066	225	1.291	-	-	1.291	428	168	596	-	-	596
Benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	6	11	17	-	-	17
Benefícios motivados pela cessação do cargo	389	-	389	-	-	389	235	27	262	-	-	262
Valor total da remuneração por órgão	3.139	640	3.779	121	270	4.170	1.891	1.178	3.068	116	253	3.437

Remuneração média mensal da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/06/2019				30/06/2018			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,00	1,00	2,17	4,83	1,67	1,83	2,00	4,33
Valor da maior remuneração individual	1.477	640	58	57	1.077	811	58	58
Valor da menor remuneração individual	804	640	58	57	1.077	601	58	58
Valor médio de remuneração individual	1.047	640	40	38	819	474	39	51

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019, o montante de até R\$8.514 para a remuneração global dos administradores referente ao período de janeiro de 2019 a abril de 2020.

No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso.

24.5 Pagamentos baseados em ações

24.5.1 Informações do plano de compra de ações da Companhia

A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações (“PBA”) instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei 6.404/76. De acordo com as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, conforme aprovadas pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010, o plano estabelece que podem ser elegíveis como beneficiários os administradores e executivos. O preço de exercício do “Programa 2013” (série 1) é atualizado pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M/FGV) até a data do exercício.

No “Programa 2013”, as outorgas são exercíveis em até 6 anos, ou seja, de dezembro de 2014 a 2020, sendo o vesting ao longo de 4 anos (25% ao ano), subsequentes a data da outorga. A outorga de opções deve respeitar sempre o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do plano. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito às qualidades de acionista da Companhia, incluindo o direito de receber dividendos. As opções podem ser exercidas a qualquer momento a partir da data de aquisição do direito até a data em que expiram. Uma vez exercida a opção, as ações objeto da respectiva opção serão emitidas por meio de aumento de capital da Companhia, a ser deliberado nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia.

24.5.2 Valor justo das opções de compra de ações

As opções foram precificadas de acordo com um modelo matemático Black-Scholes.

Não houve exercício de opções de compra de ações ou novas outorgas no período findo em 30 de junho de 2019.

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) *Valor justo dos instrumentos financeiros*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	225	121	225	121
Aplicações financeiras	14.732	28.586	14.732	28.586
Contas a receber de clientes	4.527	8.210	4.527	8.210
Não circulante				
Aplicações financeiras	7.015	7.864	7.015	7.864
Cauções e depósitos vinculados	11.194	10.866	11.194	10.866
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	295.268	48.531	295.268	48.531
Empréstimos e financiamentos	208.929	348.669	208.929	348.669
Partes relacionadas	646.046	283.472	646.046	283.472
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	216.648	63.587	216.648	63.587
Partes relacionadas	297.911	337.548	297.911	337.548

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	101	62	101	62
Aplicações financeiras	7	7	7	7
Contas a receber de clientes	35	18	35	18
Partes relacionadas	2.896	1.217	2.896	1.217
Não circulante				
Aplicações financeiras	7.015	7.864	7.015	7.864
Partes relacionadas	231	3	231	3
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	43.787	44.673	43.787	44.673
Empréstimos e financiamentos	201.150	341.568	201.150	341.568
Não circulante				
Partes relacionadas	649.790	527.981	649.790	527.981

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado					
	30/06/2019			31/12/2018		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	225	-	225	121	-	121
Aplicações financeiras	14.732	-	14.732	28.586	-	28.586
Contas a receber de clientes	-	4.527	4.527	-	8.210	8.210
Não circulante						
Aplicações financeiras	7.015	-	7.015	7.864	-	7.864
Cauções e depósitos vinculados	-	11.194	11.194	-	10.866	10.866
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	295.268	295.268	-	48.531	48.531
Empréstimos e financiamentos	-	208.929	208.929	-	348.669	348.669
Partes relacionadas	-	646.046	646.046	-	283.472	283.472
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	216.648	216.648	-	63.587	63.587
Partes relacionadas	-	297.911	297.911	-	337.548	337.548

	Controladora					
	30/06/2019			31/12/2018		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	101	-	101	62	-	62
Aplicações financeiras	7	-	7	7	-	7
Contas a receber de clientes	-	35	35	-	18	18
Partes relacionadas	-	2.896	2.896	-	1.217	1.217
Não circulante						
Aplicações financeiras	7.015	-	7.015	7.864	-	7.864
Partes relacionadas	-	231	231	-	3	3
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	43.787	43.787	-	44.673	44.673
Empréstimos e financiamentos	-	201.150	201.150	-	341.568	341.568
Não circulante						
Partes relacionadas	-	649.790	649.790	-	527.981	527.981

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Consolidado				
Descrição	Saldo em 30/06/2019	Valor justo em 30 de junho de 2019		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	21.747	21.747	-	-
Descrição	Saldo em 31/12/2018	Valor justo em 31 de dezembro de 2018		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	36.450	36.450	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços

por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 30 de junho de 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No período findo em 30 de junho de 2019 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na nota 13, possuem como contrapartes o BNB, BNDES, captações para giro e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de junho de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado ao CDI, TJP, TJ6 e SELIC.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	21.747	21.747	21.747
	Taxa anual estimada do CDI para 2020	6,50%	4,88%	3,25%
	Efeito anual nas aplicações financeiras:			
	Perda	-	(286)	(592)
Alta do CDI	Outros empréstimos curto prazo:	378.084	378.084	378.084
	BNDES - Diamantina Eólica (Subcrédito "D")	2.478	2.478	2.478
	Partes relacionadas CEMIG:	688.064	688.064	688.064
	Partes relacionadas LIGHTCOM:	255.893	255.893	255.893
	Taxa anual estimada do CDI para 2020	6,50%	8,13%	9,75%
	Perda anual nos outros empréstimos e partes relacionadas	(2.003)	(31.598)	(61.193)
Alta da TLP	BNDES - Diamantina Eólica (Subcréditos "A" e "B"):	539.414	539.414	539.414
	Taxa anual estimada da TLP para 2020	6,43%	8,04%	9,65%
	Perda anual nos financiamentos com o BNDES	(432)	(9.103)	(17.774)
Alta da TJ6	BNDES - Diamantina Eólica (Subcrédito "C")	451.220	451.220	451.220
	Taxa considerando os cenários para TJ6	5,99%	7,49%	8,99%
	Perda anual no financiamento com o BNDES	-	(6.757)	(13.514)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 6,50%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (4,88% a.a.) e 50% (3,25% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para os outros empréstimos de curto prazo e operações com partes relacionadas que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (8,13% a.a.) e 50% (9,75% a.a.). Observa-se que o spread médio ponderado nos empréstimos de curto prazo é de 4,70% + 100% do CDI.

Para os financiamentos com o BNDES vinculados à TLP, considera um cenário provável com base na taxa para o primeiro semestre de 2020 de 6,43%. Os cenários II e III consideram uma alta dessa taxa em 25% (8,04%) e 50% (9,65%), respectivamente. Observa-se que o spread médio ponderado é de 2,60% + TLP para os financiamentos com BNDES. Para o financiamento com o BNDES vinculado à TJ6, considera um cenário provável com base na taxa efetiva de 30 de junho de 2019 de 5,99%. Os cenários II e III consideram uma alta da taxa em 25% (7,49%) e 50% (8,99%).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) *Risco de Liquidez*

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 13.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 30 de junho de 2019 a Companhia apresentou prejuízo no exercício e possui prejuízos acumulados relevantes. A Administração detalhou seus planos na Nota 1.3 e entende que, com o sucesso das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f.1. Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual apresentado em 30 de junho de 2019 a seguir contempla também as dívidas classificadas como passivos associados a ativos mantidos para venda.

	Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	<u>185.729</u>	<u>23.200</u>	<u>194.015</u>	<u>22.634</u>	<u>425.577</u>

	Controladora				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	<u>183.784</u>	<u>17.366</u>	<u>156.292</u>	<u>-</u>	<u>357.442</u>

g) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	Nota	Valor contábil			
		Consolidado		Controladora	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativos financeiros					
Circulante					
Contas a receber de clientes	8	4.527	8.210	35	18

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 30 de junho de 2019 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

h) Gestão de capital

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(2.392.341)	(1.998.352)
Patrimônio líquido negativo	(685.314)	(76.489)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	21.972	36.571
Dívida líquida + Patrimônio líquido negativo	<u>(3.055.683)</u>	<u>(2.038.270)</u>

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Conforme mencionado na nota 1.3, face a atual situação financeira e patrimonial a Administração da Companhia e seus acionistas aprovaram e estão empenhados na implementação de um Plano de Estruturação Financeira detalhado na referida nota, com o objetivo de equacionar e alongar o endividamento financeiro da Companhia. O Plano contempla, dentre outras medidas, a venda do Complexo Eólico AS III.

A administração da Companhia entende que o sucesso da implementação das medidas do plano, o suporte financeiro dos acionistas e o fluxo de dividendos de investidas Enerbras e Brasil PCH proporcionarão a continuidade das suas operações e o reequilíbrio financeiro.

i) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo as da Espra, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. As três PCHs da controlada indireta, Espra, optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

26. Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	30/06/2019	30/06/2018
Prejuízo do período	(608.825)	(245.689)
<u>Prejuízo básico por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	41.720	41.720
Prejuízo básico por ação (em R\$)	(14,59)	(5,89)
<u>Prejuízo diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	41.720	41.720
Prejuízo diluído por ação (em R\$)	(14,59)	(5,89)

27. Ativos classificados como mantidos para venda

Conforme mencionado na Nota 1.2.1, considerando que a Companhia e a AES estão empenhadas em cumprir todas as condições precedentes para que o fechamento da operação ocorra nos próximos 60 (sessenta) dias, a Administração da Companhia concluiu que a classificação dos ativos e passivos relacionados ao Complexo Eólico AS III e determinados projetos em desenvolvimento como ativos mantidos para venda e passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda, os quais estão mensurados pelo seu valor justo menos o custo para venda, permanece adequada, mesmo após excedido o prazo de 12 (doze) meses da sua classificação inicial.

Desta forma, como é altamente provável a alienação dos projetos da Companhia relacionados ao Complexo Eólico AS III em 2019, conforme requerido no CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5) os saldos ativos e passivos como mantido para venda e operações descontinuadas estão apresentados nas informações contábeis de 30 de junho de 2019, como demonstrado a seguir.

Adicionalmente com base nas condições comerciais que estão sendo discutidas com a AES, a Administração concluiu pela necessidade de complemento da provisão para redução ao valor recuperável do ativo, no montante de R\$259.421 (Nota 11.9).

27.1 Controladora

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Complexo Eólico Alto Sertão III e projetos eólicos em desenvolvimento	16.867	281.712
<u>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores	43.000	43.000

27.2 Consolidado

Balanço patrimonial

<u>ATIVOS</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
CIRCULANTES			CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	58	1.381	Fornecedores	43.000	277.751
Impostos a recuperar	4.081	3.385	Empréstimos e financiamentos	1.015.765	957.049
Despesas antecipadas	2.046	2.257	Impostos a recolher	15.775	17.181
Adiantamentos a fornecedores	124	113	Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	31.288	22.657
Outros créditos	29	29	Arrendamentos a pagar	70	-
Total dos ativos circulantes	<u>6.338</u>	<u>7.165</u>	Partes relacionadas	7.906	3.398
			Outras contas a pagar	<u>67.072</u>	<u>5.993</u>
			Total dos passivos circulantes	<u>1.180.876</u>	<u>1.284.029</u>
NÃO CIRCULANTES			NÃO CIRCULANTES		
Depósitos judiciais	742	741	Empréstimos e financiamentos	7.042	8.027
Imobilizado	<u>1.431.284</u>	<u>1.675.862</u>	Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	3.068	-
Total dos ativos não circulantes	<u>1.432.026</u>	<u>1.676.603</u>	Arrendamentos a pagar	12.250	-
			Partes relacionadas	22.367	7.057
			Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	<u>9.851</u>	<u>9.757</u>
			Total dos passivos não circulantes	<u>54.578</u>	<u>24.841</u>
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	1.934.454	1.742.595
			Prejuízos acumulados	<u>(1.980.285)</u>	<u>(1.495.825)</u>
			Total do patrimônio líquido	<u>(45.831)</u>	<u>246.770</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u><u>1.438.364</u></u>	<u><u>1.683.768</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u><u>1.189.623</u></u>	<u><u>1.555.640</u></u>

Classificados como:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos classificados como mantidos para venda	1.438.364	1.683.768
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda ^(**)	1.205.181	1.298.415

(**) O saldo dos passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda difere do total dos passivos apresentados no balanço patrimonial acima devido as eliminações das transações com partes relacionadas entre as companhias classificadas como mantidas para venda e a Renova Energia, no valor total de R\$30.273 (R\$10.455 em 31 de dezembro de 2018).

Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2019:

	Complexo Eólico Alto Sertão III
<u>Prejuízos dos ativos classificados como mantidos para venda</u>	
Despesas	(371.822)
Resultado financeiro	(112.880)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	243
Prejuízo do período	<u>(484.459)</u>
<u>Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda</u>	
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(52.536)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(993)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	52.206
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.323)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.381
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	58
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.323)</u>

28. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais. O resumo das apólices vigentes em 30 de junho de 2019 é como segue:

Risco de operação			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia - obrigações contratuais	R\$ 106	08/09/2016	08/09/2019
Riscos operacionais	R\$ 72.168	25/10/2016	25/10/2019
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2019
Risco de construção			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (LER 2014)	R\$ 5.333	04/03/2015	31/07/2020
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 21.817	15/03/2018	21/10/2020
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 27.648	28/04/2014	31/01/2020
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R\$ 40.560	19/09/2014	31/01/2020
Garantia executante construtor (Mercado livre I)	R\$ 2.592	05/12/2013	31/01/2020
Garantia executante construtor (Mercado livre II)	R\$ 20.520	07/03/2013	31/01/2020
Responsabilidade civil	R\$ 20.000	14/11/2014	01/12/2019
Risco de engenharia	R\$ 2.369.189	14/11/2014	01/12/2019
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 50.000	31/01/2019	31/01/2020
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 4.100	07/11/2018	07/11/2019

29. Transações não envolvendo caixa

Em 30 de junho de 2019, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora
		30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019
Efeito da conciliação imobilizado - fornecedor	11.2	586	(3.445)	-
Direito de uso - arrendamento	11.12	43.299	-	21.812
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	11	1.552	-	1.552
Depósitos judiciais x Contingências	17	(14.178)	-	(14.178)
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	10.3.2	-	-	5.669
Aumento de capital em controladas com rateio de despesas	10.3.2	-	-	755
Redução de capital na Bahia Holding	11.4	-	-	17.760

30. Eventos subsequentes

30.1 Contratação de Cédula de Crédito Bancário

Em 19 de julho de 2019 a controlada indireta Dimantina Eólica contratou cédulas de crédito bancário junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. São garantias da operação cartas fianças emitidas pela controlada Chipley e pela controladora Light S.A. na proporção de 36,23% e 63,77%, respectivamente.

30.2 BNDES (Empréstimo ponte)

Em 15 de julho de 2019, o BNDES prorrogou os prazos de carência e de amortização do contrato de financiamento celebrado com a controlada indireta Diamantina Eólica para 15 de julho de 2019 e 15 de agosto de 2019, respectivamente. Autorizou também a incorporação ao saldo devedor renegociado do montante de R\$2.487, devido a título de comissão de renegociação, mediante a criação do subcrédito "E", o qual será corrigido pela taxa média SELIC mais sobretaxa fixa, acrescido de remuneração de 8,5% a.a. com vencimento em 15 de agosto de 2019.

Em 15 de agosto de 2019, o BNDES prorrogou os prazos de carência e de amortização do contrato de financiamento mencionado acima para 15 de setembro de 2019 e 15 de outubro de 2019, respectivamente, incluindo a liquidação parcial de R\$ 12.000 da parcela da dívida nesta mesma data, de forma a adequar seu vencimento ao fechamento da transação de venda do Complexo Eólico AS III para a AES Tiete.

* * *

Cristiano Corrêa de Barros
Diretor Presidente

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor Vice Presidente Jurídico, Regulação e de
Relações Institucionais

Cláudio Ribeiro da Silva Neto
Diretor Vice-Presidente de Finanças,
Desenvolvimento de Negócios e Relações com
Investidores

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA